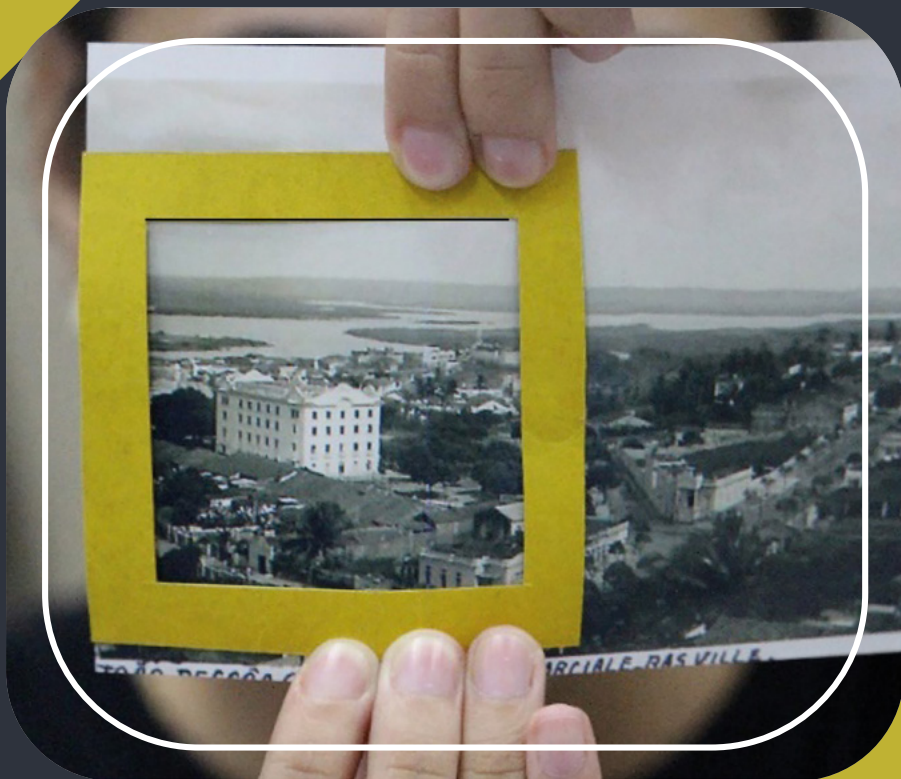


Luana Carla Martins Campos Akinruli
Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Surya Aaronovich Pombo de Barros
Priscilla Gontijo Leite

(organizadores)

Programa Participe! Educação para o Patrimônio





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Terezinha Domiciano Dantas Martins

Reitora

Mônica Nóbrega

Vice-Reitora



Editora UFPB

Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento

Diretora Geral da Editora UFPB

Rildo Coelho

Coordenador de Editoração

Programa Participa! Educação para o Patrimônio



1ª Edição - 2025

E-book aprovado para publicação através do Edital nº 01/2023 - Editora UFPB.

Direitos autorais 2025 - Editora da UFPB



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

O CONTEÚDO DESTA PUBLICAÇÃO, SEU TEOR, SUA REVISÃO E SUA NORMALIZAÇÃO SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES.

OS DIREITOS DE PROPRIEDADE DESTA EDIÇÃO SÃO RESERVADOS À:



Cidade Universitária, Campus I - Prédio da Editora Universitária, s/n
João Pessoa - PB CEP 58.051-970
Site: www.editora.ufpb.br
Instagram: @editoraufpb
E-mail: atendimento@editora.ufpb.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à



CONSELHO EDITORIAL

Cristiano das Neves Almeida (Ciências Exatas e da Natureza)

José Humberto Vilar da Silva (Ciências Agrárias)

Julio Afonso Sá de Pinho Neto (Ciências Sociais e Aplicadas)

Márcio André Veras Machado (Ciências Sociais e Aplicadas)

Maria de Fátima Alcântara Barros (Ciências da Saúde)

Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Humanas)

Elaine Cristina Cintra (Linguística e das Letras)

Regina Celi Mendes Pereira da Silva (Linguística e das Letras)

Ulrich Vasconcelos da Rocha Gomes (Ciências Biológicas)

Raphael Abrahão (Engenharias)

Catálogo na fonte: **Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba**

P964 Programa participa! educação para o patrimônio / Luana Carla Martins Campos Akinruli, Ângelo Emílio da Silva Pessoa, Surya Aaronovich Pombo de Barros, Priscila Gontijo Leite (organizadores). - João Pessoa : Editora UFPB, 2025.

E-book.

Modo de acesso : <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press/>

ISBN: 978-65-5942-286-9

1. História - Patrimônio. 2. Atividades artesanais - Algodão. 3. Patrimônio cultural. 4. Espaço patrimonial urbano - Parque Sólton de Lucena. 5. Educação patrimonial. I. Akinruli, Luana Carla Martins Campos. II. Pessoa, Ângelo Emílio da Silva. III. Barros, Surya Aaronovich Pombo de. IV. Leite, Priscila Gontijo. V. Título.

Luana Carla Martins Campos Akinruli
Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Surya Aaronovich Pombo de Barros
Priscilla Gontijo Leite
(organizadores)

Programa Participa! Educação para o Patrimônio

João Pessoa
Editora UFPB
2025

(...) pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes, os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital e todas as formas de espiritualidade da nossa gente. O intangível, o imaterial.

Gilberto Gil

Sumário

Prefácio Surya Aaronovich Pombo de Barros	8
Prefácio Priscilla Gontijo Leite	11
Prefácio Ângelo Emílio da Silva Pessoa	15
Programa Participa! Educação para o Patrimônio Ângelo Emílio da Silva Pessoa Luana Carla Martins Campos Akinruli Priscilla Gontijo Leite Surya Aaronovich Pombo de Barros	20
Educação para o patrimônio ou o patrimônio na educação? Inventários Participativos do Centro Histórico de João Pessoa/PB Luana Carla Martins Campos Akinruli	27
Nossa feira, nossa história: experiências de educação patrimonial na Feira Livre da Torre Daviana Granjeiro da Silva	46

Entre cores, fios e bordados: patrimonializando o algodão colorido em sala de aula	67
Rosiane Ferreira da Silva	
A produção de inventários pedagógicos como exercício de cidadania e ação social	93
Elizabeth Nascimento de Lima	
O forró como patrimônio imaterial e as influências da cultura pop e músicas de língua inglesa	112
Lidianne de Albuquerque Veiga	
Parque Sólon de Lucena: um bem de encontro patrimonial dos pessoenses	125
Francisco de Assis Silveira de Souza	
Sobre os autores	140

Prefácio

*Estamos a perder o mundo. É o Apocalipse.
Resta-nos ir chuleando os trapinhos, os papelinhos,
para que o mundo não se desfie de uma vez. Resta-nos
desentropiar. Não estou a escrever um manifesto, estou a
escrever uma oração.*

Adília Lopes

Há alguns anos, andando no centro da cidade, era comum encontrar visitantes de outros estados a perguntar onde era o Parque Sólon de Lucena, que constava nos mapas turísticos como uma atração de João Pessoa. No entanto, antes da última reforma realizada em 2016, que transformou a região efetivamente em espaço de convívio e lazer no centro da cidade, o Parque – popularmente conhecido como Lagoa – era apenas um alagado que mal tinha calçamento, com alguma vegetação e animais, mas nada atrativo para famílias ou turistas. Como explicar isso? Como deslindar a importância do forró, da Feira da Torre, da cerâmica paraibana, do algodão colorido para a cultura local, regional e brasileira? De que modo incorporar a importância de tais elementos na escola e no ensino de história?

Essa publicação que você tem em mãos poderá ajudar a compreender isso, e muito mais. O livro é resultado de um projeto que articulou pesquisa, ensino e extensão, atuando dentro e fora

do espaço universitário. O *Programa Participa! Educação para o Patrimônio*, foi coordenado pela Professora Doutora Luana Campos Akinruli como parte de seu projeto de pós-doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFPB), com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa da Paraíba (FAPESQ) entre 2021 e 2023.

O *Participa!* teve a adesão de docentes de história e de outras disciplinas, além de estudantes da educação básica, que ao longo do ano de 2022 se debruçaram em pesquisas em âmbito escolar sobre o patrimônio imaterial de João Pessoa. Nessa publicação, esses e essas docentes narram suas experiências, refletem sobre ensino, educação e patrimônio e apresentam resultados enriquecedores sobre o tema.

A obra é o resultado da ação conjunta entre o PPGH-UFPB e o ProfHistória-UFPB, e demonstra a possível, bem-vinda e desejada interlocução entre um programa acadêmico que tem uma de suas linhas de pesquisa justamente o Ensino de História, um programa profissionalizante e a docência na educação básica. Assim, pessoas interessadas em discussões sobre ensino de história, sobre patrimônio e sobre cultura material, assim como aqueles e aquelas que queiram conhecer um pouco mais sobre aspectos do patrimônio imaterial paraibano, poderão usufruir do livro.

Para o PPGH-UFPB, é uma grande alegria apresentar essa produção. Acreditamos que autores e autoras que participam dessa obra nos ajudam a adiar o *apocalipse*, a evitar a *perda do mundo*. A poeta Adília Lopes adverte que *resta-nos ir chuleando os trapinhos, os papelinhos, para que o mundo não se desfie de uma vez*. A pesquisa, a educação, a memória, a valorização do patrimônio, da escola, da universidade, da cultura, de docentes e discentes, dos tesouros que

temos em nossa região e que compõem a sociedade brasileira, podem ser parte desse processo de chulear (alinhavar) a continuidade de tais riquezas – e que para isso seja utilizado o algodão colorido paraibano!

Profa. Dra. Surya Aaronovich Pombo de Barros
Coordenadora do PPGH-UFPB (2022-2024)

Referência

FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues et. al. (org.). *O Educador: vida e morte. Escritos sobre uma espécie em perigo*. Rio de Janeiro: Graal, p. 89-102, 1982.

Prefácio

Caminhando entre sonhos e ação transformadora a partir da educação patrimonial

Uma atividade tão trivial como caminhar pela cidade pode se transformar numa jornada de descobertas e reflexões a partir da atenta mediação do professor. Esse é um dos tantos exemplos do potencial transformador da educação, vital para concretização de sonhos, transportando ações do onírico para o real. Remeto, dessa forma, a tese de Paulo Freire, cuja educação libertadora se liga à crença da ação transformadora do sujeito, numa interligação entre sonhos possíveis e práticas utópicas:

A questão dos sonhos possíveis, repito, tem que ver com a educação libertadora enquanto prática utópica. Mas não utópica no sentido do irrealizável de quem discursa sobre o impossível, sobre os sonhos impossíveis. Utópica no sentido de que é esta uma prática que vive a unidade dialética, dinâmica entre a denúncia e o anúncio, entre a denúncia de uma sociedade injusta e espoliadora e o anúncio do sonho possível de uma sociedade que pelo menos seja menos espoliadora do ponto de vista das grandes massas populares que estão construindo as classes sociais dominadas. (Freire, 1982, p. 100)

Este livro é justamente a confluência entre sonhos possíveis, prática utópica e educação libertadora, centrado no papel fundamental da mediação do professor no processo de transformação da sociedade que passa pelo movimento de ver e vivenciar a própria cidade de maneira diferenciada. Essa confluência está no âmago do *Programa Participa! Educação para o Patrimônio*, coordenado com primor e sensibilidade pela Professora Doutora Luana Akinruli, que realizou o estágio pós-doutoral de 2021 a 2023 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). No *Programa*, Luana, também se aproximou das demais atividades ligadas ao ensino de História na UFPB, atuando na graduação, no ProfHistória/UFPB e nas escolas públicas de João Pessoa.

O *Programa Participa!* demonstra uma profícua parceria entre Programas de Pós-graduação e vocação na formação continuada de professores, sobretudo, na manutenção de vínculos e estímulo à pesquisa dos egressos, uma vez que o *Programa Participa!* conta com a participação de egressos dos dois Programas de Pós-Graduação em História da UFPB. Ademais, o *Programa Participa!* atua nos três pilares da universidade pública: pesquisa, ensino e extensão, demonstrando como os laços entre a sala de aula das escolas e das universidades são mais estreitos do pensam aqueles que advogam ao contrário. Também é preciso destacar a interdisciplinaridade do *Programa Participa!* que, como o próprio nome indica, abriu a participação para professores de outras disciplinas, desenvolvendo a educação patrimonial numa perspectiva interdisciplinar, mas centrada no ensino de História.

O sucesso do *Programa Participa!* se deve, inegavelmente, a extensa trajetória de Luana Campos Akinruli com patrimônio, que

com competência e sensibilidade transforma sua pesquisa numa ação efetiva de conhecimento e defesa do patrimônio nacional. Com esse projeto, o intuito da pesquisadora foi compartilhar seu método de trabalho a partir do estabelecimento de *Inventários Patrimoniais*, que traz em si diversos conceitos ligados à educação patrimonial, ensino de história, preservação, memória e identidade.

A principal marca desse método é o intenso diálogo entre os participantes, algo que mais uma vez nos remete ao nome do *Programa*. A construção do conhecimento se dá pelo debate entre os professores participantes e, por sua vez, destes com seus alunos nas escolas. Como o diálogo acontece em todas as etapas formativas do *Programa*, não se tem a configuração de uma formação de professores no qual esses recebem um curso e o aplicam na sua realidade. Pelo contrário, tem-se um fluxo de processo de construção do conhecimento que perpassa por reuniões preparatórias, materiais de apoio, oficinas nas escolas, trabalho de campo e a elaboração de um capítulo que neste livro se expõe, que constitui a síntese de todo o processo, num circuito completo que coloca o todos os agentes – pesquisadora, professores e alunos – como protagonistas na construção do conhecimento histórico. Essa configuração dialógica é o que estabelece a verdadeira ponte entre o patrimônio da cidade, a escola e a universidade, sem hierarquias.

Este livro, portanto, é um excelente exemplo de como os *Inventários Patrimoniais* podem – e devem – ser utilizados na elaboração de práticas voltadas para a educação patrimonial. O *Programa Participa!* destacou, ao longo do ano de 2022, patrimônios materiais e imateriais que circundam as escolas participantes, resultando em pesquisas e ações sobre a Feira Livre da Torre, o Parque Sólon de Lucena e o algodão colorido da Paraíba.

Através das páginas do livro é perceptível como professores e alunos, e até mesmo a própria pesquisadora coordenadora do projeto, mudaram seus olhares sobre o patrimônio e a cidade de João Pessoa, alterando a própria experiência sobre os espaços frequentados no cotidiano. Ver a cidade com outros olhos, permite senti-la de outras formas, ou seja, o contato com o patrimônio também possibilita uma nova experiência de ser e estar no mundo, criando novos sentidos de pertença à cidade. Isso é fundamental se quisermos despertar sonhos e, conseqüentemente, construir utopias de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual o passado seja preservado, pois esse é o primeiro passo para que ele possa estar pulsante e, assim, vivido constantemente.

Sei muito bem que as páginas que se seguem são resultados de diferentes sonhos, bem como de um compromisso para o desenvolvimento de um ensino de História que seja participativo e significativo para o aluno, proporcionando-o ferramentas para que seja propositivo na sociedade. Espero que a leitura também inspire, você leitor, a sonhar e ser utópico, conduzindo à reflexão e ao planejamento de ações que possam transformar nossas cidades, tornando-as mais inclusivas e, sobretudo, que a relação do indivíduo com seu patrimônio seja dinâmica e vivaz para que memórias sejam preservadas e identidades construídas.

Profª. Dra. Priscilla Gontijo Leite
Coordenadora ProfHistória-UFPB (2022-2024)

Prefácio

Ao receber o gentil e honroso convite para prefaciar essa obra, que vem a lume – fruto de um trabalho qualificado e coletivo entre docentes atuantes na Educação Básica e a Universidade, através do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB –, senti-me instado a parabenizar a iniciativa e a destacar algumas questões que atestam a importância que o trabalho carrega, não apenas pelos conteúdos intrínsecos a cada um dos capítulos que o leitor poderá ler, mas, também, pelo processo que levou à sua realização.

Esse processo é lastreado numa rica interação, que foi viabilizada a partir da iniciativa da Professora Luana Campos Akinruli, que à época desenvolvia Pós-Doutorado no dito Programa e da adesão bastante entusiasmada de colegas atuantes em escolas públicas na cidade de João Pessoa. De antemão, isso é prova incontestante da falta de sentido do propalado “divórcio” entre a Universidade e a Educação Básica, entre a Pós-Graduação e o Ensino. Esse livro é um testemunho da possibilidade e da importância de tal colaboração, com mútuo enriquecimento de todos os participantes. Em última instância, as atividades desenvolvidas, envolvem desde jovens em fase de escolarização até um Programa de Pós-doutoramento, articulando a educação em praticamente todas as suas instâncias. Esse é um mérito que precisa ser destacado.

Além do mais, o trabalho como um todo, mais que uma ocasião episódica e fortuita, envolve um processo mais amplo de formação no

campo do patrimônio cultural, da educação patrimonial e do ensino, que se aparentemente foi catalisado em torno da disciplina História, não deixou de convidar a uma reflexão e prática interdisciplinares, com amplos ganhos para todos os envolvidos, docentes e estudantes em diversas áreas do conhecimento.

Em linhas gerais, os trabalhos apresentados pelos docentes, envolveram suas trajetórias formativas, as experiências anteriores com educação patrimonial realizadas a partir de suas Escolas de atuação e a participação no *Programa Participe! Educação para o Patrimônio*. Foram apresentadas as etapas muito bem articuladas no programa, que envolveu as reuniões preparatórias, passando pelas oficinas nas escolas, pelos trabalhos de campo e pela redação dos capítulos do livro, perfazendo um circuito completo de elaboração e produção, que tem no aspecto participativo/coletivo um elemento vital a ser destacado.

Recomendando vivamente a leitura dos capítulos, faço breve indicação do que trata cada um, apenas apresentando alguns elementos gerais, para sinalizar aos leitores a importância das temáticas tratadas e das abordagens propostas. Ressalta-se que três capítulos partem do mesmo espaço, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Antônia Rangel de Farias, situada no bairro da Torre, onde três professoras, de História, Língua Portuguesa e Inglês, numa parceria exemplar, articularam um trabalho interdisciplinar em torno da Feira Livre da Torre, importante espaço comercial e cultural da cidade de João Pessoa.

No capítulo *Nossa feira, nossa história: experiências de educação patrimonial na Feira Livre da Torre*, a professora Daviana Granjeiro da Silva apresentou aos leitores uma rica experiência de educação

patrimonial da dita Feira. Além de sua dimensão econômica, a feira é vista como lugar de circulação de pessoas e de cultura, que permitiu que os jovens estudantes participantes tivessem uma ampliação de seu olhar. Outrossim, destaca a autora que também foi importante que os envolvidos lidassem com o contexto pós-pandêmico, contribuindo no seu próprio processo de reconstrução de sociabilidades, após o período de distanciamento social vivenciado nos anos anteriores.

A professora Rosiane Ferreira da Silva, da Escola Técnica Estadual de Arte, Tecnologia e Economia Criativa Poeta Juca Pontes, traz aos leitores um sumário da recente implantação dessa instituição educacional, situada no perímetro da área tombada da cidade, e da opção por uma temática que associasse a vocação da Escola às temáticas relativas ao patrimônio e à educação patrimonial. Para tanto, os participantes definiram uma investigação em torno do algodão colorido, importante produção realizada no Estado da Paraíba e associada à moda e confecção, o que estimulou diretamente uma adesão de um motivado grupo de alunos. As atividades de campo e a oficina realizada articularam temáticas diversas como a história da economia algodoeira na Paraíba, as atividades artesanais, o trabalho feminino, entre várias outras, em torno do colorido do algodão.

Em *A produção de inventários pedagógicos como exercício de cidadania e ação social*, a professora Elizabeth Nascimento de Lima, de Língua Portuguesa, ofereceu-nos uma experiência de realização de um inventário patrimonial em torno da Feira Livre da Torre, trazendo para o trabalho o significativo aporte do conhecimento e prática do gênero discursivo inventário pedagógico, de tal forma a refinar o entendimento sobre os procedimentos metodológicos de pesquisa e registro de informações relevantes no campo patrimonial.

A colega destaca o aspecto participativo dos estudantes de sua escola em praticamente todas as etapas e os ganhos decorrentes desse procedimento como um dos pontos-chave do processo.

Entrando na relação entre o patrimônio cultural e a língua estrangeira, a professora Lidianne de Albuquerque Veiga, da mesma escola que suas duas colegas anteriores, em seu capítulo *O forró como patrimônio imaterial e as influências da cultura pop e músicas de língua inglesa*, tratou de uma manifestação musical de grande relevo regional/nacional, reconhecida como patrimônio imaterial do Brasil – o forró – e suas interfaces com a língua inglesa, a partir da ampla veiculação de expressões, de gírias, de versões, mostrando um amplo processo de circulação cultural em escala global, que marca as gerações mais recentes.

O professor Francisco de Assis Silveira de Souza, do Centro Educacional de Inovação e Tecnológica (Inotech), em seu *Parque Sólon de Lucena: um bem de encontro patrimonial dos pessoenses*, convida o leitor a passear e conhecer o popular “Parque da Lagoa”, que há cerca de um século se converteu em um relevante espaço de sociabilidade urbana na cidade. Na experiência com estudantes de sua escola, o colega desenvolveu uma experiência de educação patrimonial em torno desse importante logradouro da cidade, ressaltando suas potencialidades como espaço patrimonial urbano.

Diante da diversidade temática e da criatividade pedagógica apresentadas em todo o *Programa Participa! Educação para o Patrimônio*, volto a me remeter a essa nefasta clivagem entre Educação Básica e Universidade, que acaba sendo mutuamente nociva, ressaltando que todas as parcerias que chegam a termo, ressalvadas as peculiaridades inerentes a cada espaço, com suas

dinâmicas próprias, redundam em ganhos mútuos em ampla satisfação dos participantes. Não há nenhuma determinação dos céus ou decreto cósmico que impeçam essas parcerias, apenas óbices de diversos tipos, entre os quais – muitas vezes – incompreensões sem conta sobre o lugar da produção do conhecimento. Sobre isso, manifesto sempre a discordância da terminologia “chão da Escola”, como se a Universidade se situasse numa outra esfera – o teto? O céu? O inferno? – apartada de um conjunto amplo e complexo que chamamos de educação.

No meu entender, o chão e o céu estão em todo lugar, de tal forma que a produção do conhecimento, ressalvadas as circunstâncias próprias de cada um desses espaços, não é apanágio de alguns e inacessível a outros. Os capítulos aqui apresentados, coordenados com maestria pela Professora Luana Campos Akinruli, são uma prova disso.

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Professor do Departamento de História-UFPB e do Programa
de Pós-Graduação em História-UFPB

Capítulo 1:

Programa Participa! Educação para o Patrimônio

Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Luana Carla Martins Campos Akinruli
Priscilla Gontijo Leite
Surya Aaronovich Pombo de Barros

O desenvolvimento de ações de educação patrimonial é o eixo norteador desta publicação, cujas ações foram desenvolvidas ao longo do ano de 2022 por meio da implementação do *Programa Participa! Educação para o Patrimônio*. Este se tratou de um convite às comunidades escolares da cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, na qual, mobilizadas pelo desejo de ação, participaram três instituições escolares, a saber: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Antônia Rangel de Farias; Centro Educacional de Inovação e Tecnologia (Inotech); Escola Técnica Estadual de Arte, Tecnologia e Economia Criativa Poeta Juca Pontes.

O *Programa Participa!* que contou com o financiamento da FAPESQ entre os anos de 2021 a 2023, teve o intuito de incentivar as reflexões sobre as formas de (re)conhecimento do patrimônio cultural. Neste aspecto, algumas questões direcionaram ao longo do nosso percurso, o debate patrimonial, a saber:

- Como se dá o processo de construção da noção de bem cultural?
- Quais são os parâmetros que atualmente norteiam os procedimentos de eleição e seleção dos bens culturais?
- Quais são as balizas e os procedimentos teórico-metodológicos indicados nos termos de referência propostos por instâncias responsáveis pela questão do patrimônio cultural?
- Quais são os desdobramentos de ideias e discursos que implicam em práticas e representações sobre os processos de construção de discursos sobre o patrimônio cultural?
- Como se desenvolvem as pesquisas, o processo operativo que gera os produtos técnicos, ou seja, a prática do trabalho de campo e qual o envolvimento da comunidade nessa dinâmica?

A pedagogia da pergunta desenvolvida em uma perspectiva freiriana (Streck; Redin; Zitkoski, 2017) nos encaminhou para a abertura crítica de horizontes e possibilidades sobre os processos de patrimonialização, em suas problemáticas relacionadas à relevância social dos bens culturais e os processos e impactos de sua (des)valorização ao longo do tempo. Um bem-vindo caminho crítico desta análise prevê estilhaçar os monumentos (Nora, 1993; Le Goff, 1990) ou perscrutar os paradigmas indiciários (Ginzburg, 1989) para se entender as partes que o compõem, sendo necessário o desvelamento de todas as etapas e processos, agentes e agências, que são pertinentes aos procedimentos de identificação, documentação e preservação do patrimônio cultural.

Da estrutura hierárquica das peças técnicas resultantes dos inventários culturais, observa-se um mundo compartimentado em

categorias diferenciadas do acervo cultural, em que se luta pela relevância do universo imaterial. E, notoriamente, perpassa por batalhas sobre o direito de fala: sobre o enunciado e o enunciador, o que, quem e como se pode falar?

Em se tratando de inventários pedagógicos que são desenvolvidos junto às comunidades escolares, são contrastadas questões de diversas ordens, mas notoriamente relacionado ao papel dos técnicos e da comunidade nos estudos desenvolvidos – sobre a crítica à autoridade etnográfica, ou seja, a forma como os pesquisadores e técnicos do patrimônio cultural legitimam a produção do conhecimento neste campo –; e se há construção de diálogo e produção compartilhada ou, ao contrário, subordinação e dominação epistêmica imposta pelos detentores da autoridade etnográfica. A crítica epistêmica de modo mais profundo se dá, neste sentido, na própria produção de conhecimento, questionando os limites do que é considerado científico (Akinruli, Akinruli, 2008).

Ademais, é fortuito não nos esquecermos que nem sempre o “conhecer para preservar” foi a máxima socialmente defendida ao longo da história em se tratando do patrimônio cultural. Houve um tempo no qual o conhecer era destinado a dominar, cujas classificações e compartimentações do racionalismo da ciência e da técnica, impunham a ordenação do mundo por meio do uso e abuso do poder nominativo e classificatório sobre as coisas. Neste sentido, era limitado o espaço para os questionamentos sobre as bases epistemológicas do conhecimento a respeito da cultura, ou sobre os processos de nomeação científica e a inclusão da experiência individual de investigação.

A perspectiva da subjetividade emergiu, no entanto, explorando as idiossincrasias da relação não somente com o pesquisador, mas a

partir da própria coletividade que toma para si o poder de fala, a força da palavra, a potência de ser detentora da exposição e registro do seu conhecimento, do passado, presente e do futuro de seus caminhos. Afinal, a quem interessa inventariar, registrar, guardar, esquecer?

Os inventários participativos fomentam a quebra de agenciamentos epistêmicos baseados em hegemonias epistemológicas através do reconhecimento da existência de outras epistemes e ontologias que passam a ser trazidas para o centro da narrativa, de forma a dar o reconhecimento às comunidades que em outras situações, muitas vezes, teriam suas expressões silenciadas ou negligenciadas. Assim, os inventários pedagógicos são fundamentais por promoverem outros caminhos enunciativos e possibilidades para a construção do conhecimento a partir de paradigmas outros: conhecimento *para* e *com* seus interlocutores.

Também, permitem um diálogo entre o geral e o específico de forma a desenhar um quadro conceitual e metodológico específico de análise do patrimônio cultural em um tempo específico de reflexão sobre o vivido. O protagonismo dos jovens pesquisadores e dos professores pesquisadores no caso do Inventário Pedagógico marca a distinção da autonomia promovida pela educação. (Akinruli, Akinruli, 2019, p. 72)

Neste íterim, ressalta-se uma polifonia de concepções e experiências que fundamentaram o *Programa Participa!*, cujas discussões decorrentes abarcavam de perto as realidades do contexto do centro histórico de João Pessoa e de seu entorno. Permitiram também avaliar os distanciamentos existentes entre os termos de referência e os diplomas legais locais, nacionais e internacionais voltados ao patrimônio, com mecanismos convertidos em políticas

públicas e o afastamento com as realidades experienciadas pelos moradores das áreas históricas.

Em termos gerais, sua realização partiu da construção coletiva de projetos de pesquisa em âmbito escolar sobre temática patrimonial de interesse do grupo escolar. Juntamente com o levantamento bibliográfico e documental sobre o território e os bens objeto de estudo, processou-se a identificação de comunidades, grupos e lideranças detentoras daqueles patrimônios. Desta articulação, uma rede de interlocutores e apoiadores se materializou em torno da pauta do patrimônio cultural.

Concomitantemente, a formação dos professores envolvidos por meio de capacitações sobre os procedimentos dos inventários participativos, fez com que os docentes se tornassem multiplicadores dos procedimentos patrimoniais junto aos discentes e a comunidade escolar de forma mais ampla. Substanciam estas ações as oficinas de fotografia, sendo a discussão com as imagens que se tornaram uma ferramenta heurística para a efetivação dos recortes de pesquisa patrimonial que se materializaram no próprio inventário pedagógico (Akinruli, Akinruli, 2021).

Além da produção de fontes primárias durante as pesquisas, a produção dos textos a partir da experiência do inventário participativo, habilitaram alunos e professores que indicaram, inclusive, diretrizes de salvaguarda voltadas para os territórios contemplados pelas pesquisas. E a dimensão pública ainda foi exaltada com a realização de culminâncias nas instituições de ensino participantes, de modo a mobilizar toda a escola em prol dos bens estudados.

Esse conjunto de ações com lastro metodológico no campo das Ciências Humanas e Sociais definiu, portanto, o que se trata de

Programa Participa! e cujos aspectos específicos serão tratados em seus pormenores nos capítulos que seguem. A pesquisa desenvolvida relacionada aos inventários participativos, que promoveram ações didático-metodológicas destinadas ao fomento e desenvolvimento da pesquisa patrimonial – notoriamente sobre o patrimônio imaterial relacionado ao centro histórico da cidade de João Pessoa/PB –, gerou impacto não somente intelectual, mas social. Em grande medida, mensurado pela articulação com três escolas da rede pública de ensino básico da capital paraibana, como também pela participação direta de seis professores dessas instituições que envolveram um total de 100 discentes.

Figura 1 – Docentes em atividades de orientação na UFPB.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Referências

AKINRULI, Luana Carla Martins Campos; AKINRULI, Samuel Ayobami. A comunidade escolar e o patrimônio cultural: autonomia e protagonismo dos sujeitos-pesquisadores nos procedimentos de inventários participativos. In: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio (org.). *Paulo Freire – Formação de educadoras/es, diversidade e compromisso social*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 75-91, 2019.

AKINRULI, Luana Carla Martins Campos; AKINRULI, Samuel Ayobami. Direito à memória, direito à história: reflexões sobre as relações entre patrimônio cultural e a etnografia. *Emblemas, Catalão*, v. 15, p. 15-26, 2018.

AKINRULI, Luana Carla Martins Campos; AKINRULI, Samuel Ayobami. Do lado de cá dos muros: entre centros e periferias do cotidiano escolar, para uma pedagogia dos (des)enquadramentos. *Plural – Antropologías desde América Latina y del Caribe*, v. 3, p. 513-529, 2021.

GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. 4. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, p. 143-179, 1989.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). 3. ed. 1. reimp. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Capítulo 2:

Educação para o patrimônio ou o patrimônio na educação? Inventários Participativos do Centro Histórico de João Pessoa/PB

Luana Carla Martins Campos Akinruli

Este texto pretende trazer algumas reflexões que embasaram a realização do *Programa Participa! Educação para o Patrimônio*. Trata-se de uma ação de pesquisa, ensino e extensão desenvolvida com as comunidades escolares de João Pessoa, capital da Paraíba, no sentido de promover atividades efetivas de intervenção para a preservação e educação patrimonial através da realização dos inventários pedagógicos pautada em metodologia difundida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

2.1 A pesquisa patrimonial como ação social

Houve um tempo – fundamentalmente nas últimas três décadas – em que ocorreu um evidente movimento de ampliação dos debates sociais sobre o patrimônio que reverberou em uma amplitude de ações de identificação, registro e salvaguarda dos bens culturais. Na contramão também se experencia invisibilidades de processos de devastação do patrimônio marcados por visões de um por vir

apocalíptico. Os arruinamentos de bens protegidos, as alterações dos diplomas legais que regem a salvaguarda dos patrimônios, e mesmo os primeiros casos de destombamentos, expõem uma crise do modelo e mesmo do discurso de preservação até então amplamente difundido. Mesmo em um contexto de expansão da memória pelo uso de tecnologias, cada vez mais se discutem e se inserem as questões do conhecimento, difusão e preservação dos bens culturais em termos pouco consensuais (Netto, 2015).

O choque entre as conveniências do patrimônio cultural em relação aos modelos cada vez mais liberais de desenvolvimento expõe, por outro lado, as dificuldades reais do modelo dito socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente viável. Espalham-se os casos de (in)justiça ambiental e busca pelos direitos ambientais, de modo que se disseminam lutas ambientalistas que ecoam pelo mundo (Porto, Milanez, 2009). Os processos de gentrificação se propalam no entendimento dos espaços como lugares de lutas e resistências dos povos e saberes tradicionais em prol da conservação cultural e ambiental (Mendes, 2011).

As evocações do fim do mundo, fim dos tempos, do fim das coisas, e futuros catastróficos se desenham no mundo das ideias em resposta ao horizonte das realidades concretas exemplificadas pelo tempo do rompimento das barragens, pela expropriação de territórios de populações tradicionais, pela supressão de vegetação nativa, pela extinção de espécies animais e vegetais, pelas perdas patrimoniais de um modo geral.

Nesse aspecto, no campo das ideias, novas materialidades em inovadoras discussões pautadas por outros protagonistas sobre o patrimônio também contribuíram para um realinhamento de

propostas concatenadas no que se chamou de Virada Ontológica de princípios do século XX (Harrison, 2018). É preciso explicitar que o contexto da Virada Ontológica se refere a uma transformação – de uma série de outras ocorridas a partir dos anos de 1960 – em parte importante da produção acadêmica contemporânea, fundamentalmente nos campos da Linguística, Filosofia, Antropologia e Sociologia. Partindo de preocupações epistemológicas, as reflexões ontológicas discutem as dimensões da existência, ou seja, o foco não está mais inserido no estatuto de verdade dos enunciados ou a reflexão a respeito das dimensões discursivas de enunciação, mas como as diversas racionalidades podem conduzir às diversas enunciações. Ou, ainda, ao invés de investigar como os sujeitos veem o mundo, busca-se entender em que mundos os sujeitos veem e quais as decorrências (sociais, culturais, políticas) da aceitação de que um outro mundo é possível (Bessire, Bond, 2014).

Trata-se de um movimento e um momento chave para o emergente campo interdisciplinar de estudos críticos do patrimônio – *Critical Heritage Studies* – com desdobramentos diversos em variadas áreas do conhecimento, mas que, em grande medida, são tributários à Antropologia, postos seus compromissos *em* e *com* as comunidades e seus patrimônios. Por muito tempo, este foi um campo definido mais por observações técnicas sobre *como*, *onde* e *qual* patrimônio deve ser preservado, e muito menos sobre o *porquê* dessas escolhas. Essa mudança de paradigmas dentro dos estudos do patrimônio no intuito de enfatizar seus efeitos discursivos representaram um movimento crítico bem-vindo (Harrison, 2018, p. 1365-1366).

Assim, uma série de debates teóricos influenciaram a emergência desses novos olhares e recortes, mas especialmente pela

análise da relação ontológica, por exemplo, no caso do patrimônio. Investiga-se o entendimento do patrimônio a partir de outras racionalidades, de outros *lócus* de conhecimento. A problemática do enunciado fundamenta os procedimentos de construção do conhecimento, posto que o lugar de onde se fala, para quem se fala, e como se fala, são questões centrais nos estudos patrimoniais em perspectiva crítica.

Ressalta-se, pois, que esse trabalho se inscreve neste âmbito de debates e pretende trazer algumas contribuições ao campo de estudos da memória social e dos estudos críticos do patrimônio cultural não apenas no sentido de abarcar mais elementos – e exemplos – que conformam as discussões interdisciplinares relacionados de forma mais panorâmica, mas por meio de uma abordagem original que propõe como interface a ideia de patrimônio cultural como um campo de conflito.

Para Rodney Harrison, a pesquisa sobre os patrimônios pode ser entendida como uma forma de ação social, seja por meio da intervenção nas práticas dedicadas aos patrimônios oficiais, seja naquelas práticas locais de patrimônio não-oficiais, o que permitiria um maior protagonismo dos sujeitos em respeito aos bens culturais. Isso promoveria reposicionamentos dos patrimônios não oficiais e mesmo das comunidades – que passam a ser consideradas culturalmente relevantes – no sentido de uma valoração e inclusão em posições de definição sobre seus objetos e práticas, sobre o seu presente e, portanto, sobre o seu futuro (Harrison, 2009).

E um dos pontos de clivagem produzido na pesquisa sobre o patrimônio em relação se relaciona à consideração não somente sobre o contexto específico de nossos interlocutores, mas como estes

pensam, sentem e produzem o seu próprio conhecimento a respeito de sua cultura. Grande contribuição da prática etnográfica que tem como referência os discursos dos grupos e dos detentores dos bens culturais, o que inclui o momento pelo qual o encontro, a relação, e o convívio do pesquisador com o universo desse outro passou a ser também inserido na narrativa. Tal contribuição no campo de estudos sobre o patrimônio cultural significa que se busca, por meio da etnografia, produzir narrativas que apreendam as percepções dos interlocutores sobre o seu ambiente social, cultural, seus objetos, suas coleções, sua história (Sorensen, Carman, 2009).

De mundos que se encontram, que se comparam, que produzem idiosincrasias, a etnografia produz relação entre seus interlocutores, o que inclui o próprio pesquisador e sua subjetividade inserido no contexto de pesquisa. A etnografia se trata de uma forma de diálogo não somente *sobre* o outro, mas *com* o outro. As múltiplas vocalidades, as cosmovisões, aparecem nas experiências etnográficas como questão prioritária: trata-se não somente de falar *sobre* o outro, de dar voz ao outro, ou traduzir o universo nativo. É antes uma interlocução entre o mundo do outro e o meu mundo. Na ruptura da produção de uma voz genérica sobre as coletividades pesquisadas, pretende-se construir relações simétricas na experiência etnográfica propiciando a interlocução entre o mundo do outro e o mundo do pesquisador (Restrepo, 2018).

Nesse sentido, destaca-se a relevância da etnografia como metodologia que permite apresentar possibilidades para a construção do conhecimento a partir de outros paradigmas e cuja incursão expressa, ainda, a ampliação do escopo teórico dos pesquisadores do campo do patrimônio em diálogo com teorias

sociais múltiplas. A etnografia que é proposta nesta pesquisa inserida na ação de pesquisa dos inventários pedagógicos consolida sua base interdisciplinar, posto que fundamentalmente estabelece o diálogo entre a Antropologia e a História, em um primeiro momento, como em outros campos disciplinares escolares.

A etnografia é aqui entendida como processo e produto, que se mostra operatória para se investigar objetos e pessoas, artefatos e lugares, sobre as disputas de memórias e os processos de patrimonialização. E isto se desenvolve por meio dos inventários participativos aqui elencados, o que convida às reflexões sobre as formas de (re)conhecimento do patrimônio cultural.

O momento da imersão no contexto da pesquisa é um convite ao questionamento sobre a performance do pesquisador: o lugar da linguagem e os processos de valoração do patrimônio são construções textuais que não se restringem apenas às questões de estilo, de escolhas semânticas, ou de formatos textuais. Trata-se de diversos contornos semânticos sobre o termo patrimônio, de modo que as referências culturais servem não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir, levam à tomada da consciência, e promovem a mudança da realidade.

Figura 1 – Vista do centro histórico de João Pessoa a partir do rio.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 2 – Vista do centro histórico de João Pessoa com destaque para as construções históricas e o rio.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 3 – Vista do centro histórico de João Pessoa a partir do alto de um prédio.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

2.2 Inventários participativos como experiência pedagógica no centro histórico de João Pessoa

As discussões decorrentes deste projeto sobre o contexto do centro histórico de João Pessoa e seu entorno nos levam a vislumbrar os processos e estratégias de patrimonialização. Nestes contextos, os mecanismos de lembrar e esquecer são usados de maneira muito estratégica, promovendo disputas pelas formas de interação, reflexão e representações sociais dos patrimônios e de suas gentes. Posto isso, nos processos contemporâneos de conflitos de memória, com apelos e reivindicações de memória de um passado recente, nesse jogo de luz e sombras, a quem interessa preservar o patrimônio cultural brasileiro? E, a quem interessa ainda mais promover a sua morte?

Figura 4 – As manifestações do cotidiano nas ruas do centro histórico de João Pessoa.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 5 – As manifestações do cotidiano nas ruas do centro histórico de João Pessoa.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 6 – As manifestações do cotidiano nas ruas do centro histórico de João Pessoa.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

No desenvolvimento das propostas de atividades efetivas de intervenção para a preservação e educação patrimonial através da realização dos inventários pedagógicos, estas previram um conjunto de ações didático-metodológicas destinadas ao fomento e desenvolvimento da pesquisa patrimonial no ambiente escolar. Assim, os inventários pedagógicos são procedimentos dedicados aos inventários participativos do patrimônio cultural desenvolvidos junto à comunidade escolar.

Trata-se de expressões relacionadas às ideias primevas do Inventário Pedagógico fruto da parceria entre o Ministério da

Educação (MEC) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a partir do ano de 2012, que fundamenta procedimentos de identificação do acervo cultural local por jovens mediados pelos seus professores, que desenvolvem pesquisas sobre o patrimônio cultural sobre o lugar em que vivem. Experiências que promovem a emergência de novas representatividades, agentes e agências relacionados aos procedimentos de patrimonialização na sociedade contemporânea.

Os inventários pedagógicos se baseiam na transposição didática do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) desenvolvido pelo IPHAN nos processos de Registro do patrimônio nacional de natureza imaterial, categorizados em fichas de celebrações, lugares, expressões, ofícios e modos de fazer, conforme definido no Decreto nº 3.551/2000 e na Resolução IPHAN nº 001/2006. Considera-se, portanto, que a comunidade escolar é responsável pela definição do que é seu acervo cultural e, para tanto, desenvolve pesquisas com o intuito de conhecer, identificar, preservar e difundir o conhecimento sobre o seu patrimônio cultural local.

Por influência do INRC, o inventário pedagógico é desenvolvido sob a perspectiva da etnografia. Ainda, o inventário pedagógico permite uma experiência criativa de aprendizado de um conteúdo que ultrapassa as limitações disciplinares, concretizando-se em vivências materializadas nas atividades e ações de formação presentes no ambiente interativo e colaborativo de aprendizagem, em um diálogo ao mesmo tempo síncrono e assíncrono de apropriação cultural. Mesmo que em menor escala, vislumbra-se, ainda, promover a reflexão sobre as dimensões da participação dos sujeitos em redes de práticas didático-metodológicas inovadoras.

A elaboração das pesquisas se apoia em um processo emancipatório para que a comunidade escolar possa se apropriar dos procedimentos e desenvolver o trabalho de forma independente. Tanto em termos teóricos quanto práticos se torna possível visualizar a interdependência da tríade pedagógica conceito – significado – prática, na medida em que o conhecimento prévio é mobilizado durante a pesquisa para a sensibilização a respeito da diversidade cultural relacionada à história, memória e ao patrimônio cultural local, e que houve produção de novos significados por meio da articulação entre o conhecimento adquirido ao longo dos processos e que foi transformado por meio de novas práticas didáticas baseadas na pesquisa e na produção do conhecimento.

Figura 7 – O patrimônio imaterial é o foco dos inventários participativos desenvolvidos nas comunidades escolares.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 8 – O patrimônio imaterial é o foco dos inventários participativos desenvolvidos nas comunidades escolares.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 9 – O patrimônio imaterial é o foco dos inventários participativos desenvolvidos nas comunidades escolares.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 10 – O patrimônio imaterial é o foco dos inventários participativos desenvolvidos nas comunidades escolares.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

A partir da ampliação dos conceitos, têm-se a produção de novos significados o que, portanto, modifica a prática e que implica diretamente na transformação da relação de pertencimento dos alunos com o patrimônio cultural local. Esse processo promove a valorização das relações estabelecidas no sentido de torná-las meio e fim de um desenvolvimento responsável, que se paute na realidade crítica para se compreender os procedimentos epistemológicos de produção do conhecimento.

Desenvolve-se um processo dinâmico de aprendizado com interdependência entre teoria e prática, entre experiência e vivência, que se justifica socialmente pelo fato de o tema estudado ser parte do

cotidiano dos participantes e, ainda, pedagogicamente, considerando que o objetivo é também e, sobretudo, promover a construção da autonomia dos sujeitos – alunos e professores pesquisadores – que são protagonistas, representantes e construtores de suas memórias e histórias.

Os inventários participativos promovem a quebra de agenciamentos epistêmicos e da conformação de hegemonias epistemológicas se dá pelo reconhecimento da existência de outras epistemes que passam a ser trazidas para o centro da narrativa, dando reconhecimento a grupos diversos que em outras situações muitas vezes são silenciados ou negligenciados. Assim, traz possibilidades para a construção do conhecimento a partir de paradigmas outros: conhecimento para e com os interlocutores (como estes pensam, sentem e produzem o seu próprio conhecimento sobre sua cultura). Também, permitem um diálogo entre o geral e o específico de forma a desenhar um quadro conceitual e metodológico específico de análise do patrimônio cultural em um tempo específico de reflexão sobre o vivido.

O protagonismo dos jovens pesquisadores e dos professores pesquisadores no caso do inventário pedagógico marca a distinção da autonomia promovida pela educação. Há uma polifonia de conceitos e teorias que passam a ser compreendidas nos próprios termos dos outros. E é por meio da dinâmica da valorização da experiência enquanto categoria do conhecimento que se permite construir a inteligibilidade das categorias nativas, os diferentes relacionamentos entre texto e experiência.

Figura 11 – Diversos usos e apropriações do patrimônio no centro histórico de João Pessoa.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 12 – Diversos usos e apropriações do patrimônio no centro histórico de João Pessoa.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 13 – Diversos usos e apropriações do patrimônio no centro histórico de João Pessoa.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Referências

BESSIRE, Lucas; BOND, David. Ontological anthropology and the deferral of critique. *American Ethnologist*, v. 41, n. 3, p. 440-456, 2014.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Decreto n° 3.551, de 4 de agosto de 2000*. Institui o Registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Resolução n° 001, de 03 de agosto de 2006*. Brasília, 2006.

HARRISON, Rodney. On Heritage Ontologies: Rethinking the Material Worlds of Heritage. *Anthropological Quarterly*, v. 91, n. 4, p. 1365–1384, 2018.

HARRISON, Rodney. *Understanding the Politics of Heritage*. Manchester: Manchester University Press, 2009.

MENDES, Luís. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 473-495, 2011.

NETTO, Carlos Xavier de Azevedo (org.). *Informação, Patrimônio e Memória: diálogos interdisciplinares*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2015.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1983-1994, 2009.

RESTREPO, Eduardo. *Etnografía: alcances, técnicas y éticas*. Lima: Fondo Editorial de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2018.

SORENSEN, Marie Louise Stig; CARMAN, John (ed.). *Heritage Studies: methods and approaches*. London; New York: Routledge, 2009.

Capítulo 3:

Nossa feira, nossa história: experiências de educação patrimonial na Feira Livre da Torre

Daviana Granjeiro da Silva

Este artigo aborda a experiência obtida a partir do período de desenvolvimento do projeto de intervenção pedagógica na Escola Estadual Professora Antônia Rangel de Farias, localizada no município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. O projeto foi realizado de forma interdisciplinar e teve como foco as ações de educação patrimonial, tendo a Feira Livre realizada no bairro Torre como objeto de nossa análise, com a finalidade de incentivar os discentes a conhecerem e refletirem sobre a feira como um patrimônio imaterial, que passou a ser considerado, portanto, como um espaço de memória e identidade para toda a comunidade.

Realizado no ano de 2022, o projeto teve a mediação da professora de História, em diálogo constante com outras disciplinas, especialmente Língua Portuguesa e Língua Inglesa, integrando um total de 56 discentes. Os desafios e as possibilidades de atuação com a temática do patrimônio cultural junto aos discentes da 1ª série do Ensino Médio são relatados a seguir, bem como as reflexões em torno da função do ensino de História para a construção de uma cultura de preservação patrimonial no ambiente escolar.

3.1 O contexto escolar do bairro Torre

A E.E.E.M. Prof. Antônia Rangel de Farias está localizada no bairro Torre, município de João Pessoa/PB. Dispõe de uma boa estrutura, com espaços variados para práticas pedagógicas diversas, como biblioteca, laboratório de informática, ginásio poliesportivo, auditório, dentre outros. Oferta as modalidades Ensino Médio Regular, Educação de Jovens e Adultos – incluindo o EJA Semipresencial, contemplado público-alvo de adolescentes e adultos, em sua maioria pertencentes às classes sociais E e C, de acordo com dados da secretaria escolar.

A escola também atua com Atendimento Especial Especializado (AEE), contando com profissionais capacitados para o atendimento de necessidades específicas desses alunos, como é o caso do intérprete de Língua Brasileira de Sinais e o apoiador para alunos com deficiência visual. Toda essa diversidade de modalidades indica uma multiplicidade de sujeitos e, conseqüentemente, a necessidade de práticas didático-pedagógicas também variadas.

Fundada em 21 de janeiro de 1949, a escola recebeu alguns nomes antes do atual, a saber: Grupo Escolar Santa Júlia; Escola Estadual da Torre, em 1981; e, ainda naquele mesmo ano, a unidade recebeu o nome atual, Escola Estadual Professora Antônia Rangel de Farias. Nome conferido em homenagem à professora que teve destaque na educação paraibana, posto que além da docência, teve atuação em cargos de liderança como gestora educacional, função à época majoritariamente ocupada por homens:

Em um período histórico em que a única opção de formação intelectual e profissional permitida à mulher era o magistério e quase nunca ocupando cargos de lide-

rança, Antônia Rangel alcançou e ocupou o cargo de gestora educacional e se destacou numa área majoritariamente masculina, contrariando padrões excludentes do passado e ainda presentes em nossa sociedade, a professora assumiu um papel ativo, político e protagonista entre as mulheres de sua época. (Andrade, 2019, p. 7)

É uma escola tradicional, que carrega memórias de décadas da educação pública paraibana, cuja história merece ser conhecida pela comunidade escolar, especialmente por seu caráter patrimonial, com suas fachadas, colunas e estética preservadas. As janelas lembram o estilo arquitetônico românico e toda a fachada é pintada na cor rosa antigo, elementos que contribuem para a consolidação de uma imagem tradicional da instituição.

Cabe destacar, também, que já é prática recorrente o incentivo para a manutenção da arquitetura e da estrutura da escola, o que possibilita um diálogo constante sobre a temática da educação patrimonial. Nos últimos anos, a instituição tem se destacado com ações e parcerias pedagógicas que se relacionam com a temática da preservação patrimonial, a exemplo do programa Ouse Criar que, instituído em 2019, volta-se para o incentivo à inovação e ao empreendedorismo junto aos alunos da rede estadual, cuja abordagem desenvolvida na escola Antônia Rangel de Farias teve como foco o patrimônio cultural e turismo sustentável (Paraíba, 2015).

As turmas escolhidas para o desenvolvimento do projeto são da 1ª série do Ensino Médio Regular, turno manhã, por serem turmas cujo currículo de História já sinaliza a necessidade de se trabalhar com a temática do patrimônio cultural no primeiro bimestre do ano letivo. Ressalta-se que o currículo do componente curricular História para a 1ª

série do Ensino Médio Regular engloba, na primeira unidade temática, conteúdos referentes aos conceitos de memória, identidade e cultura, trazendo o Eixo Temático da Educação Patrimonial como elemento importante de estudo. Logo, os discentes tiveram contato com o tema, ainda que de forma superficial, tendo sido possível um debate sobre o que eles entendiam ou reconheciam como patrimônio cultural à sua volta.

Figura 1 – Pilastras históricas da escola.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

3.2 A educação patrimonial e as possibilidades didático-pedagógicas

A educação patrimonial é um campo que está em contínuo crescimento no Brasil e passou por fases importantes de consolidação de políticas públicas com vistas à preservação patrimonial. Um desses marcos de grande relevância foi a criação, em 2004, da Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (GEDUC), instância do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) voltada exclusivamente para a promoção de práticas educativas com foco no patrimônio. Com isso, os Institutos estaduais passaram a promover ações junto às escolas e firmar parcerias em prol de políticas de educação e preservação (Educação Patrimonial, s/d).

Um ponto destacado na cartilha “Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos” é o de que é preciso considerar o patrimônio cultural “como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos.” (Iphan, 2014, p. 27). Com isso, torna-se essencial uma prática pedagógica que atue de forma contínua e em conjunto, tendo a temática do patrimônio cultural como um dos temas a serem abordados dentro do currículo de cada disciplina e não apenas do componente História (Carneiro, 1998).

A temática do patrimônio é pedagogicamente importante, pois possibilita aos alunos refletirem sobre a história do seu lugar e sobre os elementos que constituem essa memória, desde monumentos, espaços físicos, heranças culturais e práticas passadas de geração em

geração que fazem parte da história de um povo (Brasil, 2018). Além disso, desenvolver ações didático-pedagógicas que levem os discentes a perceberem as variadas dimensões do patrimônio gera a consciência de que o patrimônio vai muito além dos espaços consagrados e oficiais (monumentos, centro histórico, igrejas, dentre outros). Práticas, saberes, ofícios e diversos outros elementos (materiais ou simbólicos) são bens a serem conhecidos e reconhecidos, pois o

patrimônio cultural deve ser entendido como o testemunho da história, o que restou de nossos ascendentes e, sobretudo, o mesmo nos leva a compreender a relação entre esses testemunhos, o valor simbólico e o contexto histórico em que foram criados. (Lara, 2019, p. 14)

Eleger um patrimônio cultural que fizesse sentido para o desenvolvimento deste projeto de intervenção pedagógica foi tarefa primordial nesse processo e tomamos com base bens que se relacionam com a história da escola e de sua comunidade. Assim, optamos por um bem imaterial, para que se tornasse possível alcançarmos o debate sobre a importância dos bens simbólicos e dos desdobramentos que a imaterialidade pode atingir no campo da cultura popular.

Diante do exposto, chegamos à escolha da temática a ser desenvolvida, onde focamos na educação patrimonial, como estudo de caso da Feira Livre da Torre, entendendo-a como patrimônio imaterial. Espaço de comercialização de produtos e sociabilidades, a feira livre carrega sentidos múltiplos de memória e identidade e, na Paraíba, foi reconhecida como patrimônio cultural do estado, desde novembro de 2021. Por sua vez, foi criada no mesmo ano a Semana Estadual das Culturas Populares e Tradicionais da Paraíba, com a finalidade

de exaltar a importância das Culturas Populares e Tradicionais da Paraíba, bem como disseminar conhecimentos sobre essas culturas para a população de modo geral e, em especial, às novas gerações. De autoria do deputado Trovar Correia Lima, o projeto de Lei 2.108/2020 declara as feiras livres do estado da Paraíba como patrimônio histórico-cultural imaterial, aprovada em novembro de 2021. Em junho de 2021, foi publicada a Lei 11.975, de autoria da deputada Estela Bezerra, que institui no Calendário Oficial a Semana Estadual das Culturas Populares e Tradicionais da Paraíba, na semana do dia 17 de agosto, em alusão ao dia do patrimônio cultural material e imaterial brasileiro.

Com isso, torna-se ainda mais relevante práticas educativas que estimulem a reflexão acerca da importância das Feiras Livres e a compreensão das mesmas enquanto um bem imaterial que deve ser conhecido e preservado em nossa sociedade. No caso específico da Torre, bairro em que está localizado nossa escola, a Feira Livre que carrega o nome do bairro, é um local de pertencimento, frequentado pelos alunos e pela comunidade escolar com um todo. Enquanto patrimônio imaterial, a Feira Livre da Torre carrega sentidos múltiplos, evoca memórias individuais e coletivas e é um lugar identitário, possibilitando que em nosso Plano de Ações sejam trabalhados os conceitos de memória e identidade ao longo de todas as etapas do projeto, pois além de serem categorias centrais para a História, permeiam as práticas que constituem a Feira Livre.

Jacques Le Goff discute o conceito de memória e destaca que é um fenômeno abrangente às variadas áreas e, para a sua aquisição, “a noção de aprendizagem é crucial” (2003, p. 420). O autor enfatiza ainda a relação entre memória individual e memória coletiva, conceitos que também serão destrinchados ao longo das

atividades, de modo que os alunos possam perceber os espaços de memória na Feira, as mudanças e permanências e de que modo esse bem imaterial dialoga com a sua própria vida.

Quanto ao conceito de identidade, amparamo-nos teoricamente em Tomaz Tadeu Silva (2013) que, dentro de uma perspectiva sociológica, destaca que a identidade é construída historicamente e não é estática. Sendo assim, a mediação com os estudantes se dará de modo a levá-los a refletir sobre os códigos culturais que estão presentes na Feira Livre da Torre e suas variadas dimensões enquanto espaço de lazer, de comércio e sociabilidades.

Cabe destacar a experiência com a temática, a partir de projetos de intervenção pedagógica realizados anteriormente ao longo dos anos em outras escolas em que atuei. Como exemplo, o projeto “História, Memória e Cultura Nordestina: educando para a preservação patrimonial”, realizado no ano de 2019 na E.E.E.F. Francisco Campos em João Pessoa/PB, com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental. À época, o projeto foi desenvolvido em três etapas:

1. Etapa teórica, com oficinas para estudo sobre os conceitos de patrimônio material e imaterial, tombamento, dentre outros temas de relevância para o campo da educação patrimonial. Incluiu uma palestra com uma profissional do Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico do Estado da Paraíba (IPHAEP), que abordou tópicos relevantes sobre os bens patrimoniais do nosso Estado.
2. Etapa prática, na qual realizamos aulas de campo junto à Fundação Casa de José Américo (FCJA), ação programada pela própria Secretaria de Educação do Estado para o corrente ano, em parceria com a FCJA. Os alunos tiveram a oportunidade de

conhecer o museu, o arquivo e a trajetória de José Américo. Também, ocorreu aula de campo nas cidades de Areia, cidade paraibana tombada como patrimônio histórico nacional desde 2006, devido a sua importância histórica, arquitetônica e paisagística.

3. Etapa de produção artística e socialização dos resultados, oportunidade na qual os discentes elaboraram trabalhos para sistematizar o que foi aprendido ao longo do período de desenvolvimento do projeto e socializar os resultados com toda a comunidade escolar na Feira do Patrimônio.

A experiência relatada acima foi um exemplo de como a temática da educação patrimonial já tem sido presente em minha prática docente e, a partir dela, também foi possível pensar em ações para este projeto de intervenção pedagógica realizado na escola Antônia Rangel de Farias. Vale destacar, ainda, que as parcerias com outras instituições públicas, como a FCJA e o IPHAEP são de grande importância para explorarmos variadas dimensões na educação patrimonial.

Dentro da realidade da escola Antônia Rangel de Farias, buscamos partir das demandas dessa comunidade escolar para que houvesse sentido e significado construído junto aos discentes. Deste modo, realizamos uma sondagem prévia, em busca do que os alunos enxergavam como bens identitários do bairro em que a escola está situada. A partir desse diálogo, chegamos no objeto de estudo, que foi a Feira Livre da Torre, local de pertencimento para muitos de nossos estudantes.

Figura 2 – A feiras são importantes locais econômicos e de socialização.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 3 – Produtos locais em exposição na feira: abacaxi e jaca.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 4 – Produtos locais em exposição na feira: acerola.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 5 – Produtos locais em exposição na feira: batata-doce e inhame.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

3.3 Múltiplos olhares sobre a Feira Livre da Torre

O olhar sobre a Feira Livre enquanto um bem imaterial foi um processo novo para boa parte dos discentes, pois muitos, apesar de reconhecerem a importância da feira para a comunidade, não compreendiam ainda a dimensão cultural e identitária que aquele lugar patrimonial transmitia.

O desenvolvimento das ações deste projeto de intervenção pedagógica teve início com uma oficina introdutória para apresentação da temática aos alunos da turma da 1ª série do Ensino Médio. A escolha dessa turma se justifica por serem alunos iniciantes na escola e também pelo currículo de História já indicar conteúdos sobre patrimônio, identidade e memória a serem trabalhados durante o ano letivo. São alunos da faixa etária em sua maioria entre 15 e 16 anos, egressos do Ensino Fundamental e cujo ingresso no Ensino Médio requer um processo de adaptação e atenção específica por parte de nós, educadores. Com isso, inseri-los desde cedo no trabalho com projetos reforça a nossa prática de buscar construir uma cultura de preservação patrimonial em nossa escola.

Sendo assim, naquele primeiro momento, fizemos uma sondagem para percebermos o conhecimento prévio dos discentes sobre os conceitos de patrimônio material e imaterial, bem como o de tombamento.

De modo geral, os alunos possuíam uma compreensão sobre o que é patrimônio dentro de uma visão mais tradicional, a partir dos bens patrimoniais físicos clássicos, como o centro histórico da cidade de João Pessoa, praças, igrejas e monumentos. Logo, esse foi um momento importante de levá-los a ampliar essa visão, abarcando

também as dimensões variadas de patrimônio, especialmente no que se refere aos bens intangíveis.

Após este momento introdutório, realizamos uma oficina de estudos sobre a temática, com a turma sendo dividida em grupos para pesquisa e debate dos conceitos de patrimônio, tombamento, memória e cultura, inclusive com a pesquisa sobre alguns exemplos de bens tombados no estado da Paraíba. Utilizamos como base o material “Antes que se apague: memória, patrimônio e identidade da Paraíba” (Gurjão, 2013), que apresenta uma explanação conceitual sobre o patrimônio histórico e cultural, memória e cultura. Naquele momento, os alunos puderam, através do material, conhecer um pouco mais sobre os lugares importantes de variados municípios do estado paraibano, mas focando nos exemplos do entorno da nossa comunidade escolar.

Prosseguindo, houve uma oficina de fotografia com os discentes, sob a mediação da professora Luana Campos Akinruli, com objetivo de aguçar o olhar dos estudantes para a paisagem à sua volta e trabalhar técnicas básicas de fotografia. A oficina contou com um momento teórico e, posteriormente, os alunos praticaram no entorno da escola o que foi trabalhado em sala. Com os próprios celulares, tiraram fotografias variadas, explorando as técnicas aprendidas. Ao final, foi feita uma seleção das melhores fotografias e o compartilhamento dos resultados. Essa etapa foi importante para que os discentes se preparassem para o momento posterior, o de explorar as paisagens da Feira Livre da Torre durante a aula de campo, como veremos adiante.

Dando sequência, seguimos com o foco em nosso objeto de estudo e demos início à preparação de um roteiro de entrevista a ser

realizada durante a aula de campo com dois público-alvo específicos: o feirante e o freguês. Deste modo, os alunos elaboraram perguntas pensando no perfil desses sujeitos e vale destacar que foi um momento de construção coletiva e cujo protagonismo ficou com os discentes.

Apesar de haver um roteiro inicial sugestivo, os discentes trabalharam na edição desse material, tornando-o mais específico ao perfil dos sujeitos que seriam entrevistados, os feirantes e os clientes. Sendo assim, criaram algumas perguntas pensando nesse público e construíram coletivamente um novo roteiro. O processo de elaboração do roteiro de entrevistas gerou forte engajamento entre os alunos, com os grupos discutindo os pontos importantes que deveriam ser abordados na hora da entrevista, tendo em vista cada sujeito entrevistado.

A etapa da aula de campo foi um momento de grande euforia para os discentes. Após todo o percurso apreendido, essa oportunidade de terem um contato mais íntimo com o objeto de estudo tornou o processo educativo mais sólido e significativo. Os alunos foram divididos em equipes e cada uma ficou responsável por um setor: a um grupo coube os registros fotográficos para a elaboração de uma exposição fotográfica para a culminância do projeto; o segundo ficou responsável pela entrevista com os feirantes; e o terceiro com os fregueses. A aula de campo permitiu que os alunos conhecessem mais de perto a Feira Livre da Torre, observassem os elementos constitutivos da identidade daquele espaço, a importância dela para os sujeitos envolvidos e a reconhecessem enquanto um patrimônio imaterial de nossa cidade.

Apesar de a maioria dos clientes se colocarem à disposição para participar da entrevista, alguns feirantes, em geral os mais

idosos, demonstraram certa resistência inicial quando abordados pelos adolescentes. Em alguns momentos foi necessário que as professoras mediadoras fizessem a interlocução explicando a proposta do projeto e então o diálogo tornou-se mais fluido. Ainda assim, alguns feirantes continuaram com o posicionamento e não quiseram participar da atividade.

Um dos pontos de destaque durante a visita foi o impacto que a pandemia gerou na dinâmica da Feira Livre no Mercado da Torre, pois os alunos constaram, junto aos entrevistados, que alguns estabelecimentos comerciais continuaram fechados, desde a crise pandêmica. Na visão dos trabalhadores, faltou uma gestão pública de incentivo aos feirantes, que após meses de isolamento social tiveram sua renda impactada e não conseguiram retornar de forma efetiva ao comércio de seus produtos. Esse ponto chamou muita atenção dos discentes, que se sentiram sensibilizados com a situação de vulnerabilidade daqueles sujeitos.

Além disso, pudemos explorar também a História Oral enquanto campo de análise em nossa disciplina. Alguns alunos não se identificaram com a atividade de entrevistar e demos a liberdade para quem mais se identificasse com a ação, tomasse a frente no trabalho. Com isso, foi possível perceber que o ofício de conversar e sintetizar as informações dadas pelos feirantes e clientes foi explorado de forma significativa ao longo dessa etapa. O linguajar dos entrevistados e a exata transcrição que os alunos fizeram desse momento merece atenção do ponto de vista da oralidade.

Após a aula de campo, realizamos uma atividade de debate sobre o que foi levantado na feira, análise das respostas das entrevistas e, por conseguinte, uma oficina de produção textual para que os

discentes sintetizassem a experiência. Esse momento foi fundamental para que os alunos comentassem sobre a experiência daquela etapa, dizendo o que mais gostaram e quais os desafios encontrados no percurso. Alguns alunos relataram a timidez como principal desafio, pois sentiram-se acuados na interação com os adultos (feirantes e clientes); outros destacaram a dificuldade de sintetizar em forma de texto o que foi visto e ouvido na feira, o que denota a importância da prática da produção textual e o diálogo com Língua Portuguesa. Em parceria com esse componente curricular, pudemos explorar habilidades de análise, interpretação e escrita. Alguns alunos apresentaram dificuldade de externar suas ideias de forma padrão em um texto dissertativo-argumentativo, mas com a mediação das professoras, conseguiram finalizar a redação dos textos.

Houve, ainda, um espaço para compartilhamento dos textos, com um debate sobre os pontos mais enfatizados pelos discentes, a saber:

- O impacto da pandemia na economia dos feirantes;
- A importância que os feirantes atribuem à Feira, como uma atividade a ser passada para as próximas gerações;
- As memórias que feirantes e fregueses carregam daquele espaço;
- Os diferentes perfis de produtos e clientela;
- As mudanças e permanências no espaço do Mercado Público ao longo do tempo.

Por fim, realizamos a culminância do projeto, com uma exposição fotográfica dos registros que os alunos fizeram durante a

aula de campo na Feira da Torre e com apresentações dos trabalhos, suas percepções e socialização dos resultados com toda a escola. O balanço foi importante para verificarmos o nível de aprendizagem dos discentes, os pontos positivos e negativos e suas expectativas acerca da temática.

Figura 6 – Exposição de fotografias.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

3.4 Desafios e possibilidades na construção coletiva

Ao longo das etapas de desenvolvimento deste projeto, foi possível constatar alguns desafios e a necessidade de mudança de rota para melhor adequação à realidade. Um notório exemplo foi o

fato de que alguns alunos não se engajaram em todas as etapas e algumas atividades que demandaram maior envolvimento acabaram ficando na responsabilidade de um mesmo grupo que apresentava interesse em atuar em todas as frentes. Deste modo, a avaliação ficou comprometida em alguns aspectos, pois não foi possível atrair a atenção e engajamento de todos os alunos, de modo a percebermos o rendimento de todos em dimensões qualitativas.

O impacto da pandemia não atingiu apenas os feirantes, mas também a percepção dos discentes, que após dois anos em ensino remoto, demonstravam insegurança com relação à atividade pedagógica que demanda interação social e capacidade reflexiva, bem como habilidades de escrita e síntese. Com isso, foi necessária uma prática de incentivo do ponto de vista emocional para que muitos discentes se sentissem confiantes para seguir nas atividades.

Ao final do projeto, constatamos um balanço bastante positivo, pois foi notório envolvimento maior dos discentes à medida que o projeto avançava. O despertar para a cultura patrimonial foi sendo construído gradativamente e o protagonismo juvenil foi crucial para a relevância dos resultados.

Vale salientar que durante a culminância, etapa de socialização dos resultados, além das exposições dos trabalhos, houve também uma atividade cultural com uma dupla de cantores de forró se apresentando para toda a escola. Os cantores foram convidados por uma das alunas, a partir da ideia da turma e do componente de Língua Inglesa, que em seu projeto específico tinha como foco de análise o forró enquanto patrimônio imaterial e se debruçou nos estudos sobre as versões de músicas estrangeiras feitas no gênero de forró.

Esse percurso nos mostra que trabalhar de forma integrada, interdisciplinar e dando destaque à autonomia dos estudantes gera resultados mais significativos para o processo de ensino-aprendizagem (Freire, 2015).

3.5 Considerações finais

O desenvolvimento deste projeto de intervenção pedagógica possibilitou trabalharmos de forma interdisciplinar e dialógica sobre uma temática relevante para nossa comunidade escolar: a questão patrimonial. Optamos por focar no patrimônio imaterial, pois objetivamos levar os discentes a ampliar sua visão acerca dos bens não tangíveis e de como eles são importantes para a formação identitária de um povo. Com isso, a Feira Livre da Torre foi nosso objeto de análise, por se tratar de um bem tombado e que faz parte do cotidiano de muitos alunos.

Ao longo desta experiência pedagógica tivemos que enfrentar alguns desafios especialmente no que se refere aos reflexos emocionais da pandemia para nosso alunado, pois constatamos que boa parte dos discentes se encontrava desmotivada e alcançar a participação ativa de todos os discentes nem sempre foi possível.

No entanto, conseguimos reorganizar algumas oficinas e explorar a interdisciplinaridade como uma das ferramentas centrais, para que os conteúdos fossem trabalhados de forma integrada e dinâmica. Neste sentido, a interação com os componentes de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Geografia e Sociologia foram fundamentais. Buscamos ainda explorar competências e habilidades matemáticas, tendo em vista nossos objetivos iniciais de contribuir

com a melhoria de ensino de linguagens leitoras, matemáticas e escritoras.

Aspecto que também merece destaque foi a parceria realizada entre a escola e o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, com o *Programa Participa! Educação para o Patrimônio*, pois possibilitou aos alunos um olhar mais detalhado sobre a educação patrimonial, bem como às professoras envolvidas no projeto uma formação continuada, onde teoria e prática estavam em constante diálogo.

É possível concluir que, de modo geral, conseguimos alcançar os objetivos propostos em nosso Plano de Ações, dentro do aspecto de trabalharmos a consciência crítica dos estudantes para a importância do patrimônio cultural, em suas dimensões identitárias, históricas e do campo da memória. Acreditamos, assim, que levamos os nossos alunos a compreenderem a Feira Livre da Torre como um bem imaterial que reflete a história dos sujeitos que a compõem e que, portanto, carece de ser conhecida e valorizada. Deste modo, temos ciência que esse é apenas um ponto de partida para a solidificação de uma cultura de preservação patrimonial, que deve ser trabalhada de forma contínua por toda a escola.

Referências

ANDRADE, Cláudia Sousa. *Antonia Rangel de Farias: memórias de uma educadora*. Monografia de Especialização, CINTEP, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva*. Petrópolis: Vozes, 1998.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em 18 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Antes que se apague: memória, patrimônio e identidade da Paraíba*. Recife: Innova, 2013.

IPHAN. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, 2014.

LARA, Camila de Brito Quadros. *A cidade e o patrimônio cultural: um olhar sobre a Feira Livre de Dourados/MS*. Monografia de Especialização, UnB, 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

PARAÍBA. Secretaria da Educação. *Plano de metas para a educação (2015-2025)*. João Pessoa, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

Capítulo 4:

Entre cores, fios e bordados: patrimonializando o algodão colorido em sala de aula

Rosiane Ferreira da Silva

Este capítulo se trata de um relato de experiência sobre ações que foram realizadas a partir do *Programa Participa!*, que promoveu o trato com a temática do patrimônio imaterial com uma turma de 1º ano do Ensino Médio da Escola Técnica Estadual de Arte, Tecnologia e Economia Criativa Poeta Juca Pontes localizada em João Pessoa, Paraíba.

O enredo desse relato se dará pelas linhas descritivas de algumas ações realizadas, pautadas pelas reflexões sobre o desenrolar desses ocorridos dentro e fora do espaço escolar dos/as estudantes. As experiências ocasionadas pelo envolvimento da professora e dos/as discentes envolvidos no *Programa Participa!* ocorreram no 2º semestre do ano de 2022, sob a coordenação geral da professora Luana Campos Akinruli.

O desejo é de que ao longo da leitura deste texto, as experiências, reflexões, percalços do percurso e descobertas possam fortificar outras experiências mais em diversos espaços escolares e realidades estudantis e contribuir para a valorização do patrimônio imaterial dentro da escola.

4.1 O patrimônio como afirmação da história e identidade de um povo

Viver, experienciar, recriar saberes e reelaborar a existência humana a partir da docência e transformar o sentido de viver todos os dias, seja nas salas de aula, seja em aulas de campo, nos corredores cheios de risos no momento dos intervalos. Por meio da docência, nos envolvemos com tantas vidas, tantas histórias e tantas realidades que não há como separar a escola da vida discente pré-escolar. Não há como ignorar a potência criadora de tantos/as jovens que perspectivam futuros e projetos de vida.

Antes dos/as discentes chegarem às escolas, eles/as já chegam com toda uma bagagem de mundo e de vida que é resultado de toda uma vivência embebida pelo contato com a família, com os/as colegas, vizinhos/as do bairro, espaços religiosos, programas de TV e desenhos favoritos, junto com seus livros. Em meio a toda essa vivência que é constituída antes da chegada à escola, há o contato com lugares, manifestações, saberes e expressões patrimoniais. Alguns reconhecidos por meio do tombamento, outros patrimonializados pelo próprio povo através de ações que preservam uma determinada dança do bairro ou da cidade, de um ritmo musical, de uma produção artesanal que se criou em determinado ambiente, de um lugar que possui valor e significado para a história de uma comunidade.

Dessa maneira, o espaço escolar possui o compromisso de trazer para dentro de seus muros o eu está para além deles, especialmente todo o conjunto patrimonial, reconhecido oficialmente ou não, pertencente à realidade dos/as discentes a fim de fortalecer suas identidades e sua própria história.

4.1.1 A lenda de origem indígena da Fonte Tambiá

A cidade de João Pessoa possui algumas histórias que povoam o imaginário das pessoas que vivem em seus bairros e que constroem um enredo e uma história sobre os lugares aos quais elas se relacionam. Em uma das aulas realizadas no 1º semestre de 2022 para estudantes do 1º ano do Ensino Médio do curso técnico de Design Gráfico, levei uma lenda de origem indígena que faz parte do imaginário pessoense e que os/as estudantes pouco conheciam e que trata da origem indígena da Fonte Tambiá, bem localizado dentro do espaço do Parque Zoológico Arruda Câmara em João Pessoa (PB).

O bairro de Tambiá tem a origem do nome como uma forma de homenagear um guerreiro indígena morto por membros de uma tribo Potiguara. Conta a lenda que Tambiá, um guerreiro cariri da região da Serra da Borborema, havia sido aprisionado por índios potiguara, os quais o mantiveram sob sua dominação durante algum tempo. O morubixaba potiguara, seguindo os rituais de sua tribo, ofereceu sua filha Aipré como esposa do Tambiá, conforme cerimônia que antecede a crucificação do inimigo, tendo esta se apaixonado pelo guerreiro cariri. Após a morte do Tambiá, Aipré permaneceu junto a sua sepultura por cinquenta luas, chorando diariamente a sua morte. Segundo a lenda, as lágrimas de Aipré deram origem a uma fonte, que passou a se chamar de Tambiá e assim originou o nome do bairro.

Os/As estudantes conhecem bastante a região da Bica em João Pessoa, mas não imaginavam a existência dessa narrativa. Embora não se tenha registro de que essa história seja reconhecida como patrimônio imaterial de João Pessoa, ela revela uma compreensão da

existência da bica d'água no Parque Arruda Câmara, como também um entendimento sobre o nome do próprio bairro Tambiá, nome que significa olho d'água, em tupi.

Ainda, foi a partir de aulas como essa e por eu ter chegado em João Pessoa no início do ano de 2022 para atuar como professora que me vi mais próxima do centro histórico pessoense e resolvi planejar o ano letivo pensando na inclusão do estudo sobre esse lugar na escola junto aos/às estudantes.

E foi conhecendo os espaços do centro histórico de João Pessoa que acabei encontrando uma pintura de autoria do artista visual Andrey Moraes que representa a “Lenda de Origem Indígena da Fonte Tambiá” que está ilustrada no estabelecimento denominado General Store – um bar, camiseteria e cafeteria que funciona na Avenida General Osório –, a qual foi uma das primeiras ruas a surgirem na cidade quando da fundação da mesma. Essa imagem foi utilizada em aula e ela é a única pintura conhecida até então que materializa a lenda.

Figura 1 – Fonte Tambiá na Bica, atualmente fechada para restauração.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 2 – Fonte Tambiá na Bica, atualmente fechada para restauração.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

4.2 Criando Projetos de Lei sobre patrimônio na escola

Continuando a trabalhar ações que envolvessem a temática do patrimônio com os/as estudantes, no 1º bimestre do ano de 2022, o eixo temático escolhido em planejamento junto aos/às professores/as para ser trabalhado de modo transversal nas escolas em que atuei foi o patrimônio histórico e cultural. A partir disso, criei um projeto interdisciplinar que envolvia a elaboração de projetos de lei envolvendo, prioritariamente, essa temática. A interdisciplinaridade se deu no diálogo com a disciplina de Língua Portuguesa, pois a construção de um texto legislativo necessita da revisão e avaliação de um/a professor/a de Português. Além da produção dos artigos que compõem a parte normativa de um projeto de lei, o/a estudante precisa construir uma redação para justificar a relevância da lei que ele/a criou.

A partir desse projeto de construção de projetos de lei com o tema do patrimônio, os/as estudantes compreenderam os tipos de patrimônio, como o material, imaterial, natural etc. Realizamos, ainda, aula de campo para conhecer de perto o centro histórico, bem como observar suas problemáticas, pois para se construir um projeto de lei, é preciso ter primeiro um problema para resolver. No fim do bimestre, os projetos foram apresentados, defendidos e debatidos em sala.

Essas experiências vividas me suscitaram a vontade de estar no *Programa Participa!*, pois vi a oportunidade de poder evidenciar ainda mais em sala de aula a importância de estudar sobre o patrimônio imaterial, o qual pode estar bem mais próximo da realidade estudantil mais do que imaginamos.

Essa articulação entre História e Língua Portuguesa a partir do projeto bimestral de criação dos projetos de lei acabou se desenrolando em uma oficina elaborada por mim e pela professora Sueli Barreto, com quem fiz a parceria no projeto bimestral. Essa oficina foi ofertada na 19ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia ocorrida em João Pessoa em novembro de 2022 e o intuito era mostrar para os/as estudantes participantes como elaborar uma redação contendo como proposta de intervenção a criação de um projeto de lei para solucionar o problema que o/a discente escolher.

Aqui chamo a atenção para um movimento extremamente importante dentro do campo educacional. Elaborar práticas, ações, aulas, projetos exitosos que realmente causam impacto no processo educacional do/a estudante merece ser perpetuado para além dos muros escolares. Compartilhar os benefícios de práticas educacionais transformadoras podem ajudar outros ambientes, outros/as professores/as, outras escolas, especialmente no sentido de ampliar as perspectivas e os horizontes. Foi nesse pensar que os projetos de lei elaborados por nossos/as estudantes e todo o processo metodológico para se alcançar tal resultado foram levados para a oficina na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

4.3 A Escola Técnica Estadual de Arte, Tecnologia e Economia Criativa Poeta Juca Pontes

Escolhi participar do *Programa Participa!* junto à Escola Técnica Estadual de Arte, Tecnologia e Economia Criativa Poeta Juca Pontes, a qual é um projeto piloto do Núcleo de Projetos Especiais da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. A escola começou a

funcionar com uma turma de 1º ano do Curso de Design Gráfico em 2022, e entrou no ano de 2023 com o prédio em reforma, o qual foi inaugurado em 10 de fevereiro.

A instituição começou a funcionar temporariamente na escola Lyceu Paraibano e se estabeleceu no prédio onde já funcionou a Cadeia Pública de João Pessoa e a antiga Central de Polícia do Estado da Paraíba. Tanto este prédio como o Lyceu se situam dentro da região do perímetro do centro histórico de João Pessoa.

A escola está pautada na constituição do vínculo entre o Ensino Médio e o Ensino Técnico. Ao todo, quatro cursos são ofertados: Design Gráfico, Artesanato, Teatro e Produção Audiovisual. O principal foco da escola e do corpo docente se trata da priorização da articulação curricular entre as áreas e disciplinas, promovendo uma maior integração dos saberes, o que também cumpre com a orientação que a Base Nacional Comum Curricular do Novo Ensino Médio já pede às escolas.

A partir da escola, a área de Humanas decidiu que para iniciar o projeto com as turmas envolvidas tanto da Escola de Artes como do Centro Educacional de Inovação e Tecnologia (Inotech), pois a equipe de docentes para as duas escolas é a mesma), seria conveniente apresentar o *Programa Participa!* aos estudantes, de forma a iniciar a ideia do que é o patrimônio imaterial. A Escola de Artes, após isso, decidiu trabalhar com o algodão colorido.

4.4 O algodão colorido em cena

Todos/as os/as nossos/as estudantes chegam à escola cheios/as de sonhos, anseios, desejos, projetos que almejam realizar no futuro.

Tudo isso que eles/as carregam é revestido de ânimo, de força e de coragem, as quais são características da juventude. Rubem Alves dizia:

Tudo começa com o sonho. O corpo sonha. Pois, como Freud percebeu, ele é movido pelo “princípio do prazer”. O sonho é o pequeno paraíso. Se fôssemos feiticeiros, se tivéssemos o poder mágico dos deuses, bastaria dizermos o sonho em voz alta para que ele se realizasse. Mas, infelizmente, somos fracos seres humanos e temos necessidade de pensar. O sonho dá ordens à inteligência: “Pense, invente as ferramentas de que necessito para realizar o meu sonho”. Aí a inteligência pensa. Se o sonho não existe, é inútil dar ordens à inteligência. Ela não obedece. (Alves, 2018, p. 23).

As ferramentas de que os/as nossos/as estudantes necessitam são oferecidas de diversas maneiras na vida, especialmente na escola. Ela é o espaço de disputa, também de descobertas, de desconstruções e de avaliação e reavaliação dos sonhos que os/as discentes trazem consigo. E quando se encontram dentro de uma prática, de uma ação que fortifique e fortaleça aquilo que sonham e que precisam realizar, elas/eles encontraram as ferramentas necessárias.

Assim, percebemos que algumas alunas da turma sonhavam em trabalhar com moda, em ser estilistas, produzindo roupas e outros acessórios do mundo da moda. Esse sonho norteou a escolha do bem imaterial, que foi o algodão colorido, pois ele chamava atenção por se apresentar como uma alternativa sustentável para a produção de roupas. Os/As estudantes já tinham consciência dessa característica sustentável que o algodão oferecia ao mundo da moda, já que a indústria da moda é a sexta mais poluente do mundo, segundo o grupo de escritores londrino “The Eco Experts”.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o algodão colorido já nasce com os fios coloridos, sem haver a necessidade de tingimento, o que evita o uso de elementos químicos e de corantes nesse processo. Além disso, há economia do uso de água que seria usada para esse tingimento. Desse modo, as roupas de algodão colorido são bastante ideais para pessoas com alergias.

4.5 Visitando a empresa de moda sustentável Natural Cotton Color

A turma da Escola de Artes realizou uma visita de campo à Empresa Natural Cotton Color (NCC) de João Pessoa, a qual atua desde 1995 produzindo modelos e, junto com outras empresas, se inseriu no mercado internacional. Os/As estudantes puderam ver de perto alguns modelos produzidos na loja e ouvir os relatos da empresária responsável pela NCC sobre a trajetória da empresa e de como está a atuação da mesma no cenário do mercado internacional.

A visita na NCC empolgou os/as estudantes, especialmente os que pretendem seguir na área da moda. Elas puderam ver de perto como se dá a parceria da empresa com as comunidades tradicionais do interior paraibano que cultivam o algodão colorido e como também se dá o trabalho de um modelista, que precisa pensar o design da peça de roupa. Além disso, a empresa utiliza diversos tipos de tingimento das peças com produtos naturais, como o açáfrão, urucum e entre outros.

Uma das experiências mais animadoras da visita à NCC foi o contato com o próprio algodão colorido, pois muitos ainda não

conheciam a textura. Ver as roupas de perto, as diferentes fibras e variadas possibilidades suscitaram a curiosidade dos/das discentes.

Também, uma das questões desafiadoras foi a de que os/as estudantes ainda não haviam experienciado o trabalho manual com o algodão colorido, apenas conheciam alguns objetos observados em algumas feiras de artesanato presentes na orla de Tambaú em João Pessoa.

4.6 Fazendo arte: produzindo bonecos com tecido de algodão colorido

Uma das necessidades que surgiram ao longo do nosso envolvimento com o *Programa Participa!* foi a de proporcionar uma maior aproximação dos/as estudantes com o algodão colorido e objetos derivados dele. Essa primeira aproximação se deu com a visita à NCC, onde eles/as perceberem como o algodão colorido pode ser muito benéfico para o campo da moda. Mas era necessária uma aproximação onde os/as discentes pudessem produzir com suas próprias mãos algum objeto de algodão colorido.

Trazer cada estudante para produzir, atuar, protagonizar um processo proporciona o desenvolvimento de habilidades que não surgiriam apenas com a aprendizagem passiva. Desse modo, chamo atenção para uma abordagem que tem se espalhado entre as escolas e formações de professores: a Aprendizagem Criativa. Ela é uma abordagem educacional que visa proporcionar mais dinamicidade e estímulo ao desenvolvimento da criatividade. Essa abordagem foi pensada pelo Mitchel Resnik (2020), que inspirou e fundamentou a ação pensada a seguir descrita.

Foi organizada uma oficina de bonecas de algodão colorido com a artesã Mira Rodrigues, que trabalha na Feirinha de Tambaú, um dos principais pontos turísticos de João Pessoa. Os/As discentes puderam produzir os bonecos com tecidos de algodão colorido em sala de aula, sob a orientação da Mira, e os colocaram em exposição na culminância do *Programa Participa!*

Figura 3 – Bonecas de algodão produzidas durante a oficina.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 4 – Bonecas de algodão produzidas durante a oficina.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 5 – Bonecas de algodão produzidas durante a oficina.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 6 – Bonecas de algodão produzidas durante a oficina.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Vale salientar algumas impressões a partir da manipulação com os materiais de algodão colorido nesta oficina. Cada estudante colocou na sua produção inspirações que revelam gostos pessoais, influências, pessoas importantes e tudo mais. Um dos bonequinhos foi feito em homenagem ao professor de Filosofia da turma, com inspiração ao personagem biscoito do filme Shrek. Outra bonequinha foi inspirada em uma moça francesa, enquanto outros bonequinhos precisaram ser remodelados ao longo do processo, o que faz parte dos momentos de criação e elaboração de objetos artísticos e artesanais.

Além do trabalho com os materiais de algodão colorido, nesse processo percebemos a singularidade de cada estudante. É por meio disso que percebemos o quanto é importante a aproximação das atividades escolares com a realidade, percepção e singularidade

de cada discente. Sem a consideração da bagagem de vida que o/a estudante trás para a sala de aula, o ensino corre risco de não fazer sentido para o processo de aprendizagem discente.

4.7 O Ensino de História: reflexões sobre teoria e prática

No meu caso, leciono a disciplina de história. E ensinar história sem considerar o saber de mundo, a bagagem de vida de cada estudante, é tornar o ensino de história vazio e sem sentido. O conhecimento prévio discente não está desassociado do conhecimento histórico, pelo contrário, está carregado de ciência, de experiências e vivências que constituem as perspectivas de vida e de mundo que cada estudante carrega.

Antes deles/as estruturarem seus valores, expectativas, ideias e concepções sobre a vida, tem que passar pela experiência do viver, tem que se alicerçar nos processos que se vivem diariamente, seja em casa com a família, no bairro, na cidade, com os amigos/as, nos espaços religiosos que frequentam. É a partir disso que o ensino de história se articula. É a partir disso que ele deve ser pensado e planejado.

Já afirmava Vygotsky (2010, p. 109) que “a aprendizagem escolar nunca parte do zero. Toda a aprendizagem da criança na escola tem uma pré-história”. Essa aprendizagem não começa a se sistematizar na escola, ela é um processo contínuo que se inicia desde que a pessoa começa a se relacionar com o mundo. A aprendizagem escolar potencializa e amplifica o saber prévio e “pré-histórico”. Ela se associa com o conhecimento prévio e, no caso da História, não dá para desassociar um saber do outro.

A História é uma reunião de vidas acontecidas, de palavras ditas e não ditas, que às vezes ficam resguardadas em nossa memória. A História é um aglomerado de vivências individuais que geram acontecimentos coletivos e a partir das relações de nós com os outros, produzimos sentidos, ideias, outras histórias e saberes. Saberes que nascem do chão da vida e saberes que nascem para entender outros saberes. (SILVA, 2022a, p. 65-66).

Essas vivências individuais que nascem do cerne da coletividade, da relação que estabelecemos com o nosso meio, com as pessoas que nos cercam, produzem saberes. Esses saberes explicam e revelam as nuances do dia a dia de cada um e esses saberes se fazem muito presentes dentro do espaço escolar.

É neste espaço que os/as estudantes possuem a oportunidade de refletir e problematizar os saberes que carregam. Segundo Bittencourt (2018, p. 116), “a História escolar não pode ignorar os conceitos espontâneos formados por intermédio de tais experiências”. Nesse sentido, a História escolar necessita se construir através de ações que aproximem a realidade de vida de cada estudante com as práticas escolares. Precisa priorizar os conceitos espontâneos que os estudantes trazem para a escola, só desse modo o ensino, especialmente o ensino de história, faz sentido para o processo de aprendizagem dos/das discentes.

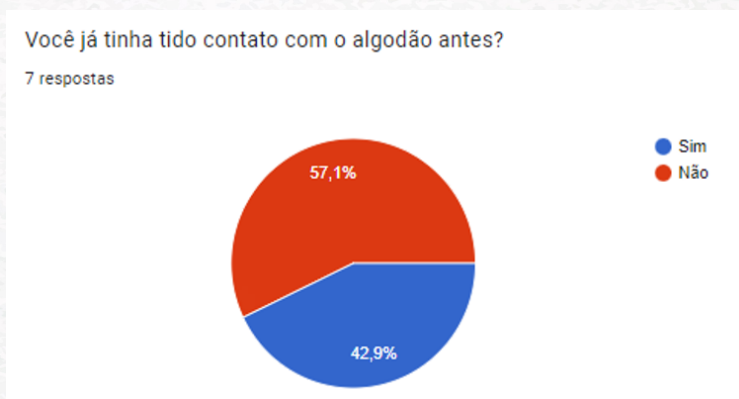
4.8 Avaliando as experiências: aplicação e análise de questionário

Após o fim da realização da oficina de bonecos de algodão colorido com a artesã Mira, houve a aplicação de um questionário

pelo *Google Forms* para diagnosticar a experiência e o aprendizado construído de cada discente, como também perceber se a turma conhecia a origem e história tanto do algodão branco como do algodão colorido. Algumas perguntas tinham um caráter mais objetivo, enquanto outras eram abertas. Da turma que no total tem nove estudantes, obtivemos sete respostas, o que corresponde à maioria deste conjunto.

Desse modo, disponho a seguir algumas perguntas já acompanhadas de respostas com algumas delas organizadas estatisticamente. Percebemos que na primeira pergunta que corresponde ao objetivo de saber se os/as estudantes já tiveram contato com o algodão, eles/as não haviam tido esse contato com ele antes.

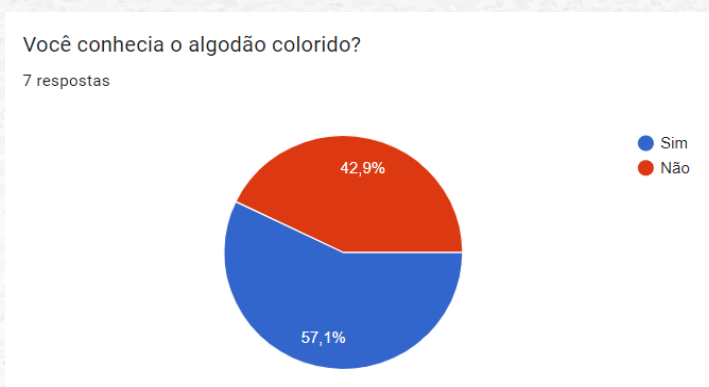
Figura 7 – Primeira pergunta do questionário em relação à oficina de bonecos.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Também é interessante salientar que 42,9% da turma já havia tido o contato previamente, o que é uma porcentagem significativa. E, o que mais chama atenção, é que a maior parte da turma já conhecia o algodão colorido de alguma forma, como é demonstrado na segunda pergunta do questionário:

Figura 8 – Segunda pergunta do questionário em relação à oficina de bonecos.



Fonte: Elaborado por Rosiane Ferreira da Silva, 2022.

A partir desta constatação da maioria da turma conhecedora do algodão colorido, temos uma pergunta qualitativa, na qual os/as estudantes puderam comentar sobre o aprendizado construído na oficina de bonecos. Essa pergunta possui o objetivo de diagnosticar como cada estudante articula a compreensão de como um saber, conhecimento ou técnica é construída a partir de uma oficina como essa.

Figura 9 – Terceira pergunta do questionário em relação à oficina de bonecos.

Que tipo de saber, conhecimento ou técnica com o algodão colorido você aprendeu na oficina com a Mira?

7 respostas

- Artesanato, produção de bonecas
- Aprendi a fazer bonecos de pano mas também que se pode fazer muito mais.
- é técnica um jogo de paciência e a oficina foi muito boa
- Eu sai antes pq estava cansado do simulado
- Que existe algodão colorido, tingido e o algodão colorido verdadeiro que é cozido por um tempo
- Aprendemos q existe dois tipos de algodão, o algodão q é feito com produtos tóxicos, e o algodão que é feito com técnicas naturais para o colorismo ser mais saudável para o meio ambiente.
- fazer bonecos

Fonte: Elaborado por Rosiane Ferreira da Silva, 2022.

Em algumas respostas, alguns/as estudantes comentam a respeito da diferença entre o algodão tingido quimicamente e o algodão que já nasce tingido naturalmente. A partir disso, vemos que além do algodão colorido ser um produto que fortalece a economia paraibana e que já é um patrimônio imaterial do nosso estado, ele também é sustentável, pois o algodão naturalmente colorido já não necessita da química para tingimento, tem menos uso de água e de energia elétrica.

Por fim, pedi que os/as estudantes comentassem sobre o que acharam da oficina, quais foram suas percepções, entre outras.

Figura 10 – Quarta pergunta do questionário em relação à oficina de bonecos.

Conte sua experiência na oficina, o que achou, o que aprendeu, se sua compreensão do algodão amplificou, etc.

7 respostas

Achei uma aula muito boa e prazerosa , as diferentes formas do algodão natural.

Foi muito bom fazer coisas você mesma isso é muito significativo.

Foi muito relaxante e agradável, fazer o primeiro boneco não gostei mas depois peguei inspiração e fui tentar fazer novamente e gostei do resultado

Não pude participar infelizmente

Aprendi a colocar o algodão do tecido, para fazer os bonequinhos

A experiência foi ótima, aprendemos muito sobre o algodão colorido e aprendemos várias técnicas.

achei mt fofa a aula, e gostei muito da mira.

Fonte: Elaborado por Rosiane Ferreira da Silva, 2022.

Vale chamar atenção para alguns comentários que expressam a satisfação pela participação ativa na oficina: “foi muito bom fazer coisas você mesma”, “relaxante e agradável, fazer o primeiro boneco”, “aprendi a colocar o algodão do tecido”. Esses comentários demonstram como práticas que contribuem para uma participação ativa e protagonista do/a discente no processo de aprendizagem proporcionam envolvimento, aprendizagem significativa e com sentido, desenvolvimento da criatividade, habilidades e competências.

4.9 Metodologias ativas como potencializadoras da aprendizagem

Nesse momento é interessante ponderar algo extremamente importante no processo educacional tanto na vida do/a professor/a como do/a estudante: a utilização de metodologias ativas na escola. A oficina de algodão colorido envolveu diversos métodos e atividades que proporcionaram o envolvimento ativo dos/as estudantes. Esse tipo de metodologia, assim como aulas práticas, aprendizagem criativa, aprendizagem por pares entre outras, incentiva o/a estudante a construir o saber. Eis a importância de sempre articular a teoria e a prática de modo que a comunidade discente faça, elabore, articule e construa sua própria aprendizagem. Nesse processo, não apenas os/as estudantes se põem a construir saberes, mas o/a próprio/a docente também se integra a isso, reconstruindo e desconstruindo seus saberes a cada experiência educativa compartilhada com os/as estudantes.

O envolvimento do/a professor/a como mediador no processo de aprendizagem estudantil permite a ressignificação diária de sua prática docente. A troca de experiências mútua entre estudantes e professores/as é um dos maiores benefícios que há a partir das metodologias que trazem a comunidade discente para uma posição ativa na aprendizagem e que permitem ao/a professor compartilhar saberes sem precisar se colocar com autoritarismo, característica comum em metodologias de ensino no passado que colocavam o/a docente como detentor/a de todo o conhecimento, enquanto os/as estudantes apenas ouviam passivamente.

Na pedagogia tradicional, o professor assume uma postura autoritária. O saber escolar é algo que se possui. Os alunos, que

não possuem esse saber, vão recebê-lo, numa atitude passiva de assimilação de tudo o que o professor ensina em sala de aula. Nesse sentido, os alunos aprendem na medida em que são capazes de reproduzir o saber transmitido pelo professor. Os conteúdos que o professor não trabalha em sala de aula estão além das possibilidades dos alunos, e aquilo que o professor ensina deve ser tomado como verdade absoluta e inquestionável (Toledo, 2016, p. 325).

O objetivo de mudar os tipos de metodologia tradicionais em sala de aula é transformar o modo como o saber se constrói dentro do espaço escolar e repensar o modo como o/a discente se relaciona com a aprendizagem histórica. Como já dito anteriormente, se o que está sendo aprendido na sala de aula não se aproxima da realidade estudantil de algum modo, se o/a estudante não participa ativamente de seu próprio processo de aprendizagem, se seus saberes prévios e bagagem de vida não for considerada, haverá grandes possibilidades do ensino de história não fazer sentido. Apenas transmitir o saber não torna a aprendizagem histórica tão efetiva, mas a construção do mesmo em parceria entre professores/as e estudantes sim.

4.10 Enxergando a história da Paraíba pelas lentes algodojeiras

Após a realização da oficina de bonecos e depois de perceber que uma parte significativa dos/as estudantes não conhecia a história do algodão e do algodão colorido pelo questionário aplicado, realizei uma aula para contar a história do algodão e do algodão colorido na Paraíba. A aula ocorreu de modo online.

O cultivo do algodão em larga escala começou a partir do período colonial, mais especificamente no século XVII, mas o algodão já era conhecido pelos povos indígenas antes dessa época. No Estado da Paraíba, o cultivo começa a partir do século XVIII e ele vai se tornar um aliado no processo de colonização do interior paraibano, pois no litoral já havia o cultivo da cana de açúcar.

Vale ressaltar que o trabalho com o algodão no sertão paraibano se deu mediante mão de obra escrava até 1850. Desse modo, encontramos nesse cenário sertanejo eventos que marcam a história da colonização brasileira, como o uso de mão de obra escrava e a tomada de territórios para o cultivo de determinados produtos. O algodão, assim, serviu para o cumprimento desses fatos no interior paraibano.

No século XIX, ocorreu uma maior industrialização do algodão devido à ocorrência da Guerra Civil Americana que vai demandar produtos de algodão, especialmente tecidos para a confecção de roupas. É a partir dessa crescente demanda que o setor têxtil paraibano vai começar a investir na construção de fábricas de tecidos, como foi o caso da Companhia de Tecidos Rito Tinto em 1920, a qual se tornou a maior do estado da Paraíba em sua época.

Desse modo, percebemos a importância dos/as estudantes aprenderem a história de seu lugar pelas lentes do algodão, o qual proporcionou o desenrolar de histórias e ocorridos que marcaram tanto a economia, como a vida política, cultural e social de nossa terra.

Além do mais, a Companhia de Tecidos Rio Tinto deu origem à uma cidade inteira, pois junto com a construção da fábrica vieram as casas dos operários, os quais vieram com suas famílias, postos de saúde, mercado, açougue, ruas, igreja e toda uma estrutura de cidade.

Todo esse enredo foi dado em aula aos estudantes. Chamo atenção para a importância do ensino de história local nas escolas, que precisa de cada vez mais fortalecimento para que haja valorização dos patrimônios pertencentes ao povo. Sem o conhecimento da história de seu lugar, de como sua cidade surge, de como o povo nasce, de como o imaginário se sustenta, é necessário que haja o ensino da história local.

E nessa aula sobre o algodão, os/as estudantes entenderam que o algodão colorido já existia como espécie, mas sua fibra não era resistente. Por isso, a EMBRAPA melhorou a sua pluma a partir do cruzamento genético das espécies a partir de 1980. Em 2022, o algodão colorido se tornou patrimônio cultural imaterial da Paraíba por sua importância histórica, cultural e econômica para o estado.

4.11 Nosso lugar e a história local dentro da sala de aula: exemplos patrimoniais

Durante o período de realização do meu mestrado, que ocorreu de 2020 a 2022, trabalhei sobre a representatividade das mulheres nos livros didáticos de história que eram utilizados pelos/as estudantes para quem dava aula no mesmo período (Silva, 2022a). Na perspectiva daquela pesquisa, precisava desenvolver algum produto que fosse aplicável em sala de aula, o que poderia ser uma aula, uma palestra, algum material didático, oficina, entre outros.

Como gostaria de dar foco à história local e, ao mesmo tempo, chamar atenção para o protagonismo feminino dentro da história no século XX, o qual era meu recorte temporal, tratei de desenvolver quatro histórias em quadrinhos (HQ's) e cada uma delas

foi ambientada em um lugar paraibano. Uma das HQs se passava na cidade de Rio Tinto, lugar da Companhia de Tecidos. A HQ se chama Matilda e ela tem como foco protagonizar uma operária da Fábrica que passa por assédio sexual dentro do estabelecimento de trabalho.

Essa HQ parte dessa iniciativa de tratar acontecimentos históricos locais, paraibanos e que se relacionam o máximo possível com a realidade dos estudantes paraibanos, assim como estabelecer uma maior conexão com acontecimentos de nível macro estudados na sala de aula, provocando uma maior contextualização do fato ocorrido e uma compreensão histórica que intercala acontecimentos de espaços diversos de uma mesma época, pluralizando as interpretações e aprendizagens históricas (Silva, 2022b).

Figura 11 – Capa da HQ Matilda.



Fonte: Elaborado por Rosiane Ferreira da Silva, 2022.

Referência

ALVES, Rubens. *A educação dos sentidos: conversas sobre a aprendizagem e a vida*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RESNICK, Mitchel. *Jardim de infância para a vida toda: por uma aprendizagem criativa, mão na massa e relevante para todos*. Porto Alegre: Penso, 2020.

SILVA, Rosiane Ferreira da. *Matildas, Terezas, Ophélias e Camilas: protagonizando mulheres do século XX no ensino de História com histórias em quadrinhos*. Dissertação, Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2022a.

SILVA, Rosiane Ferreira da. O conhecimento prévio e aprendizagem histórica através das HQs: protagonizando mulheres e construindo saberes. *Anais do XX Encontro Estadual de História*. João Pessoa: Editora do CCTA, p. 866-875, 2022b.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. Problematizar o tradicional para encontrar o novo: o ensino de História no quadro das tendências historiográficas. *Cadernos de História da Educação*, v. 15, n. 1, p. 323-347, jan.-abr. 2016.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex. *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*. 11. ed. São Paulo: Ícone, p. 103-118, 2010.

Capítulo 5:

A produção de inventários pedagógicos como exercício de cidadania e ação social

Elizabeth Nascimento de Lima

O interesse em desenvolver um projeto sobre patrimônio histórico-cultural surgiu quando, em busca de formação continuada, iniciei um curso na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) denominado “Educação para o patrimônio” desenvolvido pelo *Programa Participa!*

Através do curso, percebi que trabalhar patrimônio histórico não é uma exclusividade dos componentes curriculares História e Geografia. Percebi que há uma carência, por parte de nossos alunos – e também em nossa sociedade – de conhecer, preservar e se identificar com o que é nosso. Ou ainda, a ideia limitada de que patrimônio são apenas edificações antigas.

Dentro do propósito deste trabalho, ressaltamos o caráter interdisciplinar que a metodologia da educação patrimonial possui, uma vez que os “objetos patrimoniais, enquanto recursos educacionais, podem ser usados em qualquer área do currículo, ou para reunir áreas aparentemente distantes no processo ensino-aprendizagem” (Iphan, s/d, p. 36).

A Educação Patrimonial constitui um campo de ação, por definição, inter e transdisciplinar. Insere-se nas preocupações pedagógicas e não

pode ser dissociada das discussões sobre o sentido mesmo do ensino (Casco, 2006). O patrimônio, por sua parte, envolve a História, mas também a Arqueologia, as Artes, como Arquitetura, a Geografia, a Linguagem e mesmo a Matemática (Funari, Pelegrini, 2009, p. 11)

Em outros termos, o patrimônio pode ser contemplado dentro do modelo educacional brasileiro, como um conteúdo transversal na estrutura curricular (Brasil, 1997; Busquets, 2000). Sendo trabalhado como uma questão contemporânea que alimenta o processo de ensino-aprendizagem. Trabalhar identidade e pertencimento é ampliar as experiências com o espaço e o tempo, por meio do conhecimento sobre si mesmos e de sua comunidade, valorizando-se os contextos mais próximos da vida cotidiana de nossos alunos (Bittencourt, 1993).

Para o desenvolvimento do projeto, foram elencados alguns objetivos em consonância com os objetivos do *Programa Participa!*, a saber:

- a) Oportunizar aos alunos a possibilidade de exercer o seu papel de protagonista na eleição do que é referência cultural e na produção textual de inventários pedagógicos;
- b) Compreender o conceito de patrimônio, reconhecendo sua importância para a história individual e coletiva;
- c) Familiarizar o público escolar com conceitos importantes para a pesquisa sobre patrimônio como, por exemplo, cultura, memória e identidade;
- d) Diferenciar patrimônio histórico material de patrimônio histórico imaterial;

- e) Problematizar a importância de se preservar memórias (individuais e/ou coletivas);
- f) Melhorar as competências e habilidades leitoras, escritoras e matemáticas, a partir da temática central do projeto;
- g) Despertar o interesse do discente acerca da importância da aquisição de conhecimento a partir do trabalho com gêneros discursivos, especificamente, o inventário pedagógico.

Deste modo, acreditamos que este projeto possibilitou a reflexão e a compreensão do patrimônio cultural enquanto um elemento constitutivo da nossa própria identidade, memória e história.

5.1. O contexto escolar

Este projeto foi desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Antônia Rangel de Farias, localizada na rua Júlia Freire, no bairro da Torre, em João Pessoa – Paraíba, nas aulas de Língua Portuguesa.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe que os estudantes possam vivenciar experiências significativas com práticas de linguagem em diferentes mídias (impressa, digital, analógica), situadas em campos de atuação social diversos, vinculados com o enriquecimento cultural próprio e as práticas cidadãs. Essas demandas exigem que as escolas de Ensino Médio ampliem as situações nas quais os jovens aprendam a tomar e sustentar decisões, fazer escolhas e assumir posições conscientes e reflexivas, balizados pelos valores da sociedade democrática e do estado de direito. Exigem ainda

possibilitar aos estudantes condições tanto para o adensamento de seus conhecimentos, alcançando maior nível de teorização e análise crítica, quanto para o exercício contínuo de práticas discursivas em diversas linguagens. Essas práticas visam à participação qualificada no mundo da produção cultural, do trabalho, do entretenimento, da vida pessoal e, principalmente, da vida pública, por meio de argumentação, formulação e avaliação de propostas e tomada de decisões orientadas pela ética e pelo bem comum (Brasil, 2018, p. 486).

Foi pensando nessas demandas que o trabalho foi desenvolvido por meio de aulas interdisciplinares, oficinas, estudos dirigidos, aula de campo e pela produção de inventários pedagógicos. A produção deste gênero discursivo ganhou destaque neste projeto, pois ele permite práticas discursivas que envolvem a participação colaborativa dos alunos, permite aos alunos assumir posições conscientes e críticas ao inventariar um bem cultural.

Conforme o Iphan, realizar um inventário é fazer um levantamento, uma lista descrevendo os bens que pertencem a uma pessoa ou a um grupo. Trata-se de descrever um bem cultural e documentá-lo escrevendo sobre ele, fotografando, filmando, fazendo entrevistas, gravações sonoras, e outras formas de documentação. Trata-se também de levantar informações já produzidas sobre aquele bem em outros locais, como arquivos e bibliotecas. Neste aspecto,

Inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local. (Iphan, 2016, p. 7)

Mesmo que em menor escala, vislumbrou-se promover a reflexão sobre as dimensões da participação dos sujeitos em redes de práticas didático-metodológicas inovadoras.

5.2. O envolvimento com o tema da pesquisa

A cada encontro/formação do *Programa Participe!* o interesse em desenvolver a pesquisa aumentava. Por se tratar de um tema/conteúdo não abordado especificamente na minha área de conhecimento (Língua Portuguesa), cada encontro era uma descoberta e isso foi muito desafiador para mim. Debrucei-me no referencial teórico disponibilizado pela professora Luana Campos Akinruli, coordenadora do projeto, e pude compreender conceitos e termos específicos da temática e elaborar as aulas para os alunos. Durante os encontros recebemos orientações valiosíssimas para a execução do projeto.

A abordagem inicial com a turma aconteceu no auditório da nossa escola. Naquele momento foi possível apresentar para os alunos a nossa pretensão e também perceber o que eles tinham de conhecimento prévio. A escolha do patrimônio a ser pesquisado foi lenta, pois surgiram diversas ideias e dúvidas. Os nossos alunos são de diversos bairros de João Pessoa e isso dificultou a escolha, pois eles pensavam nos bairros onde eles cresceram e por essa razão muitos patrimônios foram sugeridos. Ao iniciar a leitura do livro “Antes que se apague: Memória, Patrimônio e Identidade da Paraíba” (Gurjão, 2013), os alunos foram compreendendo melhor a temática, principalmente quando discutimos sobre tombamento e sobre os

bens já protegidos pelo Iphan. A partir dessa discussão, eles foram descartando algumas sugestões listadas pela turma.

Após a leitura do livro citado, fizemos a eleição do nosso objeto de pesquisa. À princípio, eles sentiram dificuldade para a escolha, pois como a minha disciplina é língua portuguesa, eles acreditavam que deveria ser algo voltado à questão da língua, especificamente. Quando expliquei a eles que o tema do nosso projeto era transdisciplinar e que eles eram livres para eleger o patrimônio, as sugestões foram ficando mais amplas. Percebi que havia neles uma preocupação sobre a escolha. Eles estavam empenhados em selecionar um bem que fosse representativo para a turma e que também fosse acessível para o desenvolvimento da pesquisa.

Em um determinado momento, os alunos decidiram que iam contemplar o bairro da Torre, pois é o bairro onde a escola está situada. É importante destacar que esse processo de escolha também estava acontecendo nas aulas de História e Língua Inglesa, pois estávamos desenvolvendo o projeto em parceria. Após a decisão de delimitar o espaço, eles foram descartando algumas sugestões, até o momento que escolheram a Feira Livre do Mercado da Torre. Essa decisão foi influenciada pelo fato de o Mercado ficar bem próximo à escola, por haver estudantes que trabalham lá e por alguns alunos enxergarem o Mercado da Torre não só como espaço comercial, mas também como espaço de trocas de experiências.

Foi notória a satisfação deles ao cumprir essa etapa do nosso projeto. Eles ficaram empolgados com a ideia de pesquisar sobre aquele espaço. A partir deste momento, as pesquisas foram ficando mais específicas. Eles começaram a pesquisar sobre o Bairro da Torre, sobre as feiras livres de João Pessoa e sobre o

Mercado Público da Torre. Tive o cuidado para que eles tivessem acesso a gêneros acadêmicos. Disponibilizei um artigo, um TCC e uma monografia que tinha como tema a Feira Livre do Mercado da Torre para que eles fizessem a leitura e tivessem contato com uma pesquisa científica.

O acesso a esses gêneros acadêmicos foi extremamente importante, pois eles tiveram contato com uma linguagem científica, com procedimentos metodológicos, referências bibliográficas, registros fotográficos, entrevistas com comerciantes e consumidores. Eles viram a Feira Livre da Torre por diferentes perspectivas, pois os trabalhos eram de áreas distintas (Geografia, História e Turismo). Considero que essa etapa do trabalho foi determinante para a produção dos inventários pedagógicos e também para a elaboração das etapas de nossa aula de campo.

5.3. Desenvolvimento da pesquisa e as produções resultantes

À princípio, foi realizado, no auditório da escola, uma palestra interdisciplinar com a mediação da professora de História Daviana Granjeiro da Silva, foram explanados conceitos relevantes para a temática, tais como: patrimônio cultural, patrimônio material e imaterial bem como discutidos a importância da preservação da memória histórica de nosso estado. Esse momento foi muito relevante para que os discentes pudessem analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças. Essa palestra foi o início do projeto.

Ademais, foram realizados grupos de estudos dirigidos para a discussão da temática. Trabalharemos em sala com o material “Antes que se apague: Memória, Patrimônio e Identidade da Paraíba” (Gurjão, 2013). Divididos em grupos, os alunos estudaram os conceitos de patrimônio histórico-cultural (material e imaterial), memória, identidade, tombamento, padronização cultural, dentre outros. Os estudos dirigidos proporcionaram aos alunos a oportunidade de leitura de um livro extremamente relevante para o desenvolvimento do nosso trabalho.

Após a palestra interdisciplinar e os estudos dirigidos, eles realizaram a eleição/escolha do bem imaterial para realizar o estudo. Eles foram os responsáveis pela escolha do patrimônio e, para tanto, desenvolveram pesquisas com o intuito de conhecer, identificar, preservar e difundir o conhecimento sobre o seu patrimônio cultural local. O livro de Gurjão (2013) foi extremamente importante, pois nele há um capítulo sobre o que já é tombado pelo Iphan, o que facilitou a pesquisa deles. Foram construídos tabelas e gráficos de bens culturais paraibanos já tombados em nível federal e bens culturais ainda não tombados, mas que a turma os reconhece como patrimônio. Essas tabelas auxiliaram na escolha do bem que foi inventariado pela turma. A escolha deles foi a Feira Livre do Mercado da Torre.

Outra etapa importante para a realização do projeto, foi a oficina de fotografia ministrada pela professora Luana Campos Akinruli. Essa atividade teve a finalidade de abordar o olhar sobre a cidade e sua relação com os bens patrimoniais. Os alunos se envolveram muito com a oficina. A mediadora ensinou técnicas básicas de fotografia com o uso de celular, pois os alunos não possuem câmera fotográfica.

Uma das etapas da oficina foi registrar a nossa escola. Os alunos foram divididos em seis grupos e em seguida espalharam-se pela escola em busca de capturar imagens aplicando as técnicas aprendidas na oficina. Após esse momento prático, cada grupo precisava escolher apenas uma fotografia e apresentar para todos. Neste momento, cada grupo destacou a técnica utilizada na fotografia escolhida. Foi gratificante ver as fotografias tiradas por eles e o olhar deles sobre o espaço escolar. Tivemos como resultado, seis belas fotografias e elas fizeram parte da nossa exposição fotográfica na culminância do projeto.

Figura 1 – Oficina de fotografia.



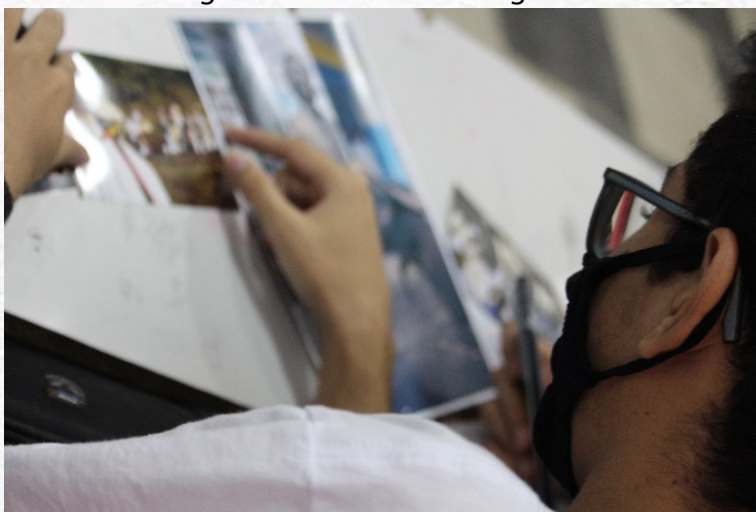
Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 2 – Oficina de fotografia.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 3 – Oficina de fotografia.



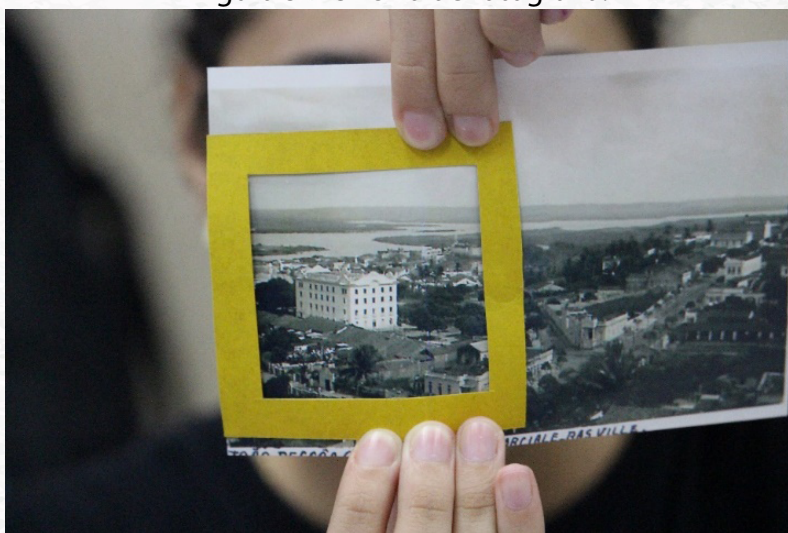
Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 4 – Oficina de fotografia.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 5 – Oficina de fotografia.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 6 – Oficina de fotografia.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Também foi realizada, mediada por mim, uma oficina sobre o gênero discursivo “inventário pedagógico”, uma vez que o inventário recebeu grande destaque nesse projeto. Era necessário fazer os alunos entenderem o que era inventariar. Eles precisavam perceber que o inventário seria o nosso “diário de bordo”. Tudo seria registrado nele. Foi naquele momento que eles perceberam que nós estávamos de fato realizando uma pesquisa.

Nesta oficina foram discutidas as características prototípicas do gênero inventário pedagógico, tais como: conteúdo temático, construção composicional (relativo à estrutura) e estilo (relativo à linguagem) (Bakhtin, 2003). A oficina visou propiciar aos alunos o contato com princípios de uma pesquisa de campo, técnicas básicas de levantamento documental, sistematização e interpretação de

dados e difusão de informações. Os alunos fizeram muitas perguntas e nesse momento perceberam a relevância do gênero inventário.

Dando continuidade, após as oficinas e a escolha do patrimônio Feira Livre do Mercado da Torre, realizamos nossa aula de campo. Fizemos toda a preparação para nossa aula de campo. Elencamos para os alunos os objetivos da nossa ida até a feira; realizamos pesquisas sobre o bairro da Torre, sobre o Mercado da Torre, sobre as feiras livres; elaboramos entrevistas para serem realizadas com os feirantes e os clientes; dividimos os grupos para fazer os registros fotográficos e as entrevistas conforme o interesse e a habilidade de cada um.

Os alunos puderam sair do espaço físico da escola, puderam analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço e conseqüentemente coletaram e organizaram as informações para a produção dos inventários pedagógicos e da nossa exposição fotográfica. Essa ação foi mediada por mim e pelas professoras de História e de Inglês, que também estavam desenvolvendo projetos no eixo Patrimônio Histórico-Cultural. Os alunos fizeram mais de 100 registros fotográficos.

Após a nossa aula de campo, foi o momento de ouvir os alunos, de deixá-los expressarem o que sentiram com a ida até a feira. Eles relataram o quanto foi gratificante fazer uma atividade prática, sair do espaço físico da escola e colocar em prática conhecimentos teóricos adquiridos nas etapas do projeto. Para eles foi o momento de entender a relevância da oficina de fotografia, do estudo sobre o inventário, da elaboração das entrevistas. Foi muito gratificante

ouvir a empolgação deles, a satisfação deles com as entrevistas, com os registros fotográficos e com o lanche coletivo que fizemos lá. Inclusive pediram para que fizéssemos uma confraternização no Mercado. Eles ficaram interessados em almoçar juntos lá.

Depois da nossa aula de campo, tínhamos o necessário para a produção dos inventários pedagógicos. Foi o momento de registrar/inventariar/catalogar a Feira Livre da Torre. Os estudantes começaram a compreender de que maneira iriam preencher as fichas do inventário pedagógico. Foi o momento da curadoria. Discutimos a realidade da feira a partir das respostas obtidas nas entrevistas e pelas fotografias também. Muitas lojas foram fechadas, pois alguns feirantes não retornaram após a pandemia. Muitos relatos de sentimento de abandono por parte do Estado pela falta de reformas e incentivos, mas também muita gratidão pelos anos dedicados à feira. Outro fato que reforça o valor de nosso projeto, é que todos os entrevistados, feirantes e clientes, consideram a feira um patrimônio histórico-cultural.

Produzimos mapas do bairro da Torre e da cidade de João Pessoa, fizemos levantamento do número de habitantes do bairro e de quais bairros vizinhos são atendidos pela feira. Essas informações foram registradas no inventário pedagógico produzido pela turma.

Os alunos tiveram bastante trabalho para a produção dos inventários participativos. É possível perceber que levar o aluno a inventariar um patrimônio propicia o enriquecimento cultural e o exercício da cidadania e permite a vivência de práticas de linguagens significativas para a vida dele. O inventário é um texto construído por “muitas mãos”. Ele é participativo. Ele é resultado de todas as pesquisas, entrevistas, fotografias e percepções dos alunos.

Voluntariamente, vários alunos escreveram o nosso “diário de bordo”. Ele está encadernado, com fotos das turmas, com mapas produzidos por eles, com várias letras diferentes, pois foi escrito coletivamente.

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o trabalho com o gênero inventário pedagógico

é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local. (Iphan, 2016, p. 7)

Para Akinruli e Akinruli (2019), trabalhar a produção do gênero discursivo “inventário pedagógico” permite uma experiência criativa de aprendizado de um conteúdo que ultrapassa as limitações disciplinares, concretizando-se em vivências materializadas nas atividades e nas ações de formação presentes no ambiente interativo e colaborativo de aprendizagem, em um diálogo ao mesmo tempo síncrono e assíncrono de apropriação cultural.

Para concluir o projeto, fizemos uma culminância: um momento de expor os nossos trabalhos. Organizamos, no auditório da nossa escola, um momento interdisciplinar. Como resultado deste projeto, fizemos uma exposição fotográfica da Feira Livre da Torre, com 60 fotos, todos os registros foram feitos pelos alunos; expusemos as fotos da nossa escola, feitas na oficina de fotografia; e expusemos os inventários pedagógicos.

Foi um momento enriquecedor, pois todo o protagonismo foi dos nossos alunos. Eles apresentaram os trabalhos e falaram como se sentiram ao realizar a pesquisa; expressaram a gratidão que sentiram por terem sido selecionados para desenvolver o projeto e relataram

que se sentiram reconhecidos. Foi um momento muito festivo, contamos com a presença do mestre Gilbervânio José tocando um excelente forró em sua sanfona e também com a apresentação de uma aluna nossa que também é artista. A culminância foi um momento lindo e cheio de protagonismo.

5.4. Considerações finais

O desenvolvimento desse projeto de intervenção pedagógica possibilitou práticas e metodologias diferenciadas que contribuíram para a melhoria do rendimento escolar. Durante as oficinas didático-pedagógicas, foi possível perceber o crescente envolvimento da turma, bem como o protagonismo dos discentes durante as aulas. Buscamos trabalhar de forma integrada, valorizando os saberes prévios dos alunos e dialogando com outras áreas do conhecimento. Com isso, os professores agiram como mediadores do processo de ensino-aprendizagem.

A temática escolhida está dentro do Eixo de Educação Patrimonial e trouxe aos alunos excelentes reflexões. Foi possível levar os alunos a perceberem que o patrimônio não se restringe às construções antigas. Eles puderam entender o que é patrimônio imaterial e isso contribuiu para ampliar os horizontes. Trabalhar em colaboração com outros professores facilita as ações na escola e incentiva ainda mais o envolvimento dos alunos (Freire, 2014).

Foi possível observar melhora na frequência e no rendimento escolar dos alunos. Houve um maior interesse deles nas aulas, pois as oficinas envolveram conhecimentos variados e contemplou as habilidades e interesses deles.

Como todo projeto, encontramos dificuldades, pois a execução de um trabalho com duração tão extensa requer muito planejamento para não coincidir com outras atividades do calendário escolar. Retirar alunos do espaço físico da escola não é fácil, pois exige autorização da equipe pedagógica e dos responsáveis e exige, ainda, consonância dos outros professores para não prejudicar o planejamento das atividades deles. Outro desafio foi o de motivar os estudantes a desenvolverem todas as atividades propostas.

Para a comunidade escolar houve ganhos a partir da execução do projeto, pois ocorreu uma mudança na maneira de enxergar a escola. A discussão sobre a preservação da nossa escola ganhou respaldo na pesquisa realizada pelos discentes. Houve uma mudança de visão sobre o que é patrimônio cultural e principalmente uma tomada de consciência sobre a necessidade de preservá-lo.

Esse projeto desempenhou um papel importante no reconhecimento dos saberes locais, dos seus protagonistas e da sua participação nos processos de inventariação do patrimônio imaterial em prol de uma gestão mais democrática e mais humana do patrimônio, pois no início da pesquisa eles não imaginavam que eles poderiam “eleger” um bem e escrever um inventário. Eles acreditavam que apenas pessoas especializadas e ligadas ao Estado poderiam fazer isso.

O inventário produzido foi entregue à coordenação e fará parte do acervo da nossa biblioteca. Foi feita uma digitalização e entregamos uma versão do inventário para a UFPB.

Referências

AKINRULI, Luana Carla Martins Campos; AKINRULI, Samuel Ayobami. A comunidade escolar e o patrimônio cultural: autonomia e protagonismo dos sujeitos-pesquisadores nos procedimentos de inventários participativos. In: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio (org.). *Paulo Freire – Formação de educadoras/es, diversidade e compromisso social*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 75-91, 2019.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Os confrontos de uma disciplina escolar: da História sagrada à História profana. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p.193-221, set. 1992/ago. 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1997.

BUSQUETS, Maria Dolores et al. *Temas Transversais em Educação*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. Educação Patrimonial e Sociedade. *Patrimônio – Revista Eletrônica do IPHAN*, n. 3, p. 1-5, jan.-fev. 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Tolerância*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio Histórico e Cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Antes que se apague: memória, patrimônio e identidade da Paraíba*. Recife: Innova, 2013.

IPHAN. *Educação Patrimonial: inventários participativos*. Programa Mais Educação. Brasília: Iphan, 2016.

IPHAN. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. Mimeo, s/d.

Capítulo 6:

O forró como patrimônio imaterial e as influências da cultura pop e músicas de língua inglesa

Lidiane de Albuquerque Veiga

A temática deste projeto foi implementada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Antônia Rangel de Farias, que fica localizada no bairro da Torre em João Pessoa/PB. A escola oferta turmas do Ensino Médio regular nos turnos da manhã e tarde, e durante a noite também oferece turmas da modalidade EJA presencial, além de também oferecer a modalidade Semipresencial.

A escola é referência em inclusão de alunos com deficiência e possui um time de intérpretes de libras e conta com sala de atendimento educacional especializado (AEE) disponível. Por ser um bairro central, a instituição recebe estudantes de regiões diferentes da cidade, o que torna o perfil do alunado diverso e de diferentes contextos socioculturais. A escola possui onze salas de aula reservadas para o ensino presencial, quatro salas exclusivas para a modalidade semipresencial, onde os alunos vão à escola somente para tirar dúvidas e realizarem as atividades avaliativas.

A escola também possui recursos como uma biblioteca com livros disponíveis para consulta e empréstimos pelos estudantes, computadores, televisão e projetor; possui laboratório de matemática,

sala de vídeo, quadra esportiva, salas exclusivas para os professores, direção e coordenação; secretaria, refeitório, auditório e almoxarifado além de áreas comuns de socialização como o pátio arborizado onde os alunos costumam interagir nos intervalos das aulas.

A escolha do tema para esse projeto veio a partir de um convite da professora Daviana Granjeiro da Silva para uma formação continuada em parceria com a UFPB através do Programa Participa! de coordenação da Profa. Dra. Luana Campos Akinruli.

6.1. Inventários participativos do patrimônio imaterial

A realização dos inventários participativos sobre o patrimônio imaterial contou com a participação de professores de diferentes áreas de atuação: História com a professora Daviana Granjeiro da Silva, Língua Portuguesa com a professora Elisabeth Nascimento de Lima e Língua Inglesa sob minha responsabilidade. Escolhemos trabalhar em equipe pois acreditamos que nossa afinidade com a convivência diária e linha de trabalho semelhante faria com que o projeto se desenvolvesse de forma harmônica e natural entre nós mesmas e com os alunos. Após estudarmos as diferentes possibilidades de trabalhar com patrimônio imaterial, escolhemos as turmas dos primeiros anos do novo Ensino Médio para implementarmos o projeto e juntamente com os alunos definir o segmento que iríamos pesquisar cada uma em sua área de atuação.

Enfrentei uma certa dificuldade em incluir a disciplina de Língua Inglesa com patrimônio imaterial e ainda dentro da nossa cultural local, porém, na aula que deixamos os alunos livres para sugerirem temas e explicar o que eles entendiam por patrimônio

imaterial, os alunos mencionarem o tema “música” e seguimos com o tema até chegarmos no forró, aproveitando que estava recentemente em foco o fato de que foi declarado como patrimônio cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2021; Freitas, 2021). Os alunos mencionaram que conhecem várias músicas de artistas populares em cultura de língua inglesa que ganharam versões no forró e decidimos então que essa seria nossa área de pesquisa.

Após essa dificuldade inicial em juntar o forró com a Língua Inglesa e acolher a sugestão dos alunos, a pesquisa se tornou extremamente prazerosa, pois fazia parte do universo de vários alunos e também de seus familiares e amigos.

A próxima dificuldade foi conseguir desenvolver o projeto com a pouca carga horária da minha disciplina, o que foi resolvido com muito jogo de cintura e colaboração das colegas parceiras no projeto que muitas vezes cediam uma parte de sua aula para realização de atividades do projeto.

A disciplina Língua Inglesa é uma das obrigatórias no novo Ensino Médio (Brasil, 2018), porém segue com uma carga horária de 2h/aula por turma, que considero insuficiente para alcançar os objetivos do ensino de um idioma como segunda língua e levando em consideração os diferentes níveis dos alunos que, por muitas vezes não tiveram contato com o idioma de forma fluída, apenas exercícios de tradução ou gramática e ainda aliar o ensino da língua com os outros objetivos da BNCC em apenas 2h/aula por semana:

Por sua vez, a Língua Inglesa, cujo estudo é obrigatório no Ensino Médio (LDB, Art. 35-A § 4º), deve ser compreendida como língua de uso mundial, pela multi-

plicidade e variedade de usos, usuários e funções na contemporaneidade, assim como definido na BNCC do Ensino Fundamental – Anos Finais. No Ensino Médio, a contextualização das práticas de linguagem nos diversos campos de atuação permite aos estudantes explorar as utilizações do inglês na cultura digital, nas culturas juvenis e em estudos e pesquisas, como também ampliar suas perspectivas em relação à sua vida pessoal e profissional. Além disso, abrem-se possibilidades de aproximação e integração com grupos multilíngues e multiculturais no mundo global – contanto que estes saibam se comunicar em inglês –, com diferentes repertórios linguístico-culturais. (Brasil, 2018, p. 476)

6.2. O envolvimento com o tema da pesquisa

A professora Luana Campos Akinruli, coordenadora do *Programa Participe!*, teve um importante papel de engajamento e envolvimento dos professores envolvidos. A partir de suas orientações, comecei a elaborar objetivos que gostaríamos de alcançar com a pesquisa e o desenvolvimento do projeto. Tivemos como objetivo geral, em um primeiro momento, despertar o interesse dos alunos para a pesquisa com foco na valorização do patrimônio cultural local associando com a influência da cultura pop internacional nas letras e versões estudadas durante a pesquisa.

Ademais, dentre os objetivos específicos, podemos citar:

- Estudar, compreender e diferenciar patrimônio histórico material e patrimônio histórico imaterial;
- Despertar a consciência crítica sobre a importância da preservação patrimonial;

- Conhecer o processo do Registro do Forró como patrimônio cultural brasileiro através do estudo do dossiê do Iphan;
- Incentivar o papel do aluno como pesquisador através da sua própria rede de contatos e aulas de campo;
- Identificar os locais da cidade onde o forró é mais presente através de pesquisa dos próprios estudantes;
- Promover a melhora nas habilidades de leitura, interpretação de texto, escrita, vocabulário e prática de compreensão auditiva em Língua Inglesa;
- Utilizar a música como recurso de ensino-aprendizagem considerando a capacidade motivadora do uso desse recurso nas aulas de Língua Inglesa;
- Estudar sobre os processos de criação de versões e adaptações de músicas de língua inglesa para o forró como também versões do forró para a Língua Inglesa;
- Estimular os alunos a criarem suas próprias versões em conjunto com os colegas.

6.3. Botando a mão na massa: um diálogo com a BNCC

Para chegarmos aos objetivos mencionados acima, criamos um Plano de Ação em conjunto com as professoras de Língua Portuguesa e História da escola e também com a professora coordenadora do Programa Participa! da UFPB. Esses planejamentos aconteceram mensalmente de forma presencial na universidade e, também, através de conversas em um grupo de *WhatsApp* criado para o projeto.

Inicialmente, foi realizada no auditório da escola uma palestra interdisciplinar com a mediação da professora de História, na qual foram explanados conceitos relevantes para a temática, tais como: patrimônio cultural, patrimônio material e imaterial bem como discutidos a importância da preservação da memória histórica de nosso estado. Esse primeiro momento leva o aluno a analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço como descrito nas habilidades do BNCC de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (EM13CHS104).

Após essa introdução ao tema e sondagem com os alunos, cada professora trabalhou com o tema escolhido em conjunto com os alunos. Na minha disciplina de Língua Inglesa iniciamos os estudos do gênero textual música e as diferentes possibilidades presentes na língua inglesa com o forró. Tivemos uma aula na sala de vídeo com exemplos de músicas com traduções literais, de versões utilizando apenas o ritmo como base, do processo inverso com traduções para a Língua Inglesa.

Foi muito interessante observar bandas que fazem parte do cotidiano dos alunos e dos pais dos alunos como a banda “Calcinha preta”, muito popular no Nordeste e de longe a mais mencionada nas nossas pesquisas de versões de músicas de Língua Inglesa. Essa etapa foi muito divertida e falas como “Calcinha Preta é um patrimônio” foi muito utilizada pelos alunos e colegas no processo de pesquisa.

Nesta etapa, seguimos as habilidades descritas na BNCC (Brasil, 2018), tais como fazer uso do inglês como língua de comunicação global, levando em conta a multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções dessa língua no mundo contemporâneo

(EM13LGG403); explorar ambientes virtuais e/ou aplicativos para construir repertório lexical na língua inglesa. (EF06LI11) e avaliar a própria produção escrita e a de colegas, com base no contexto de comunicação (finalidade e adequação ao público, conteúdo a ser comunicado, organização textual, legibilidade, estrutura de frases) (EF08LI09).

Seguindo o plano de ação, realizamos uma oficina de fotografia com mediação da professora coordenadora do *Programa Participa!*, Luana Campos Akinruli, juntamente com as professoras de Língua Portuguesa e Língua Inglesa, com o intuito de treinar o olhar os educandos para registrar particularidades dos bens culturais a sua volta. Esse momento foi realizado no auditório da escola como atividade extraclasse, os alunos utilizaram essas técnicas para realizarem seus próprios registros que foram exibidos no dia da culminância do projeto.

Como resultado dessa etapa, produzimos, com o auxílio dos componentes curriculares Artes e Sociologia, uma exposição fotográfica (feita pelos alunos) exibida no dia da culminância do nosso projeto para toda a comunidade escolar. Para essa etapa, focamos nas habilidades (EM13CHS104) já mencionadas anteriormente e fruir e apreciar esteticamente diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, assim como delas participar, de modo a aguçar continuamente a sensibilidade, a imaginação e a criatividade (EM13LGG602).

Na etapa seguinte, construímos com os alunos um questionário para a realização de uma pesquisa entre seus amigos, familiares e pessoas com quem convivem sobre a temática do nosso projeto. Perguntas como: locais da cidade onde os eventos com forró

mais acontecem, sobre a relação do forró e patrimônio entre outros. A entrevista se deu por *Google Forms* ou o próprio aluno copiou as perguntas no seu caderno.

Criamos assim um perfil sociodemográfico através de uma cartografia afetiva, na qual os alunos puderam visualizar no mapa de João Pessoa através de desenhos ou representações dos locais com maior frequência da presença do forró em eventos na cidade. As entrevistas fizeram parte da construção do inventário do forró como patrimônio imaterial com a influência da Língua Inglesa. Através das orientações da professora Luana Campos Akinruli da UFPB, os alunos realizaram o inventário através de pesquisas em grupos.

Após a elaboração desses inventários, os alunos se dividiram em grupos e a partir dos estudos que fizemos sobre o gênero música – forró – cultura pop – versões, escolheram uma canção para cada turma criar sua própria versão. Esse processo criativo serviu para motivar os alunos a criar suas próprias versões e/ou traduções de músicas que fazem parte do seu repertório musical e integraram o repertório no dia da culminância do projeto.

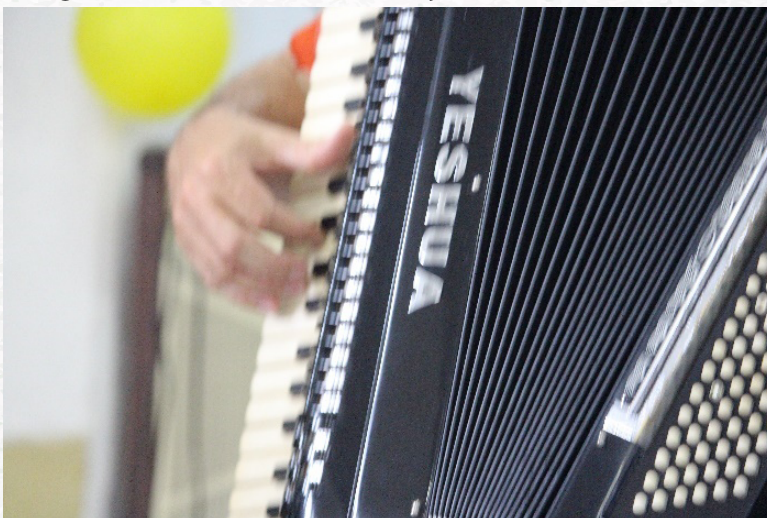
Concluindo, a culminância se deu em conjunto com as professoras de História e Língua Portuguesa que também trabalharam com a temática do patrimônio, porém em diferentes eixos, através da “Feira do Patrimônio” onde foram apresentados os resultados para toda a comunidade escolar. Foram expostas as produções artísticas e textuais dos alunos, a Exposição Fotográfica sobre os eventos na cidade, a cartografia afetiva, bem como a apresentação de um grupo de forró, convidado dos alunos, e repertório musical escolhido pelos alunos e também produzido por eles.

Figura 1 – Culminância do Projeto com exposição fotográfica.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 2 – Culminância do Projeto com show de forró.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

6.4. Os valores patrimoniais e o percurso da pesquisa

Após dois anos de ensino remoto, o ano de 2022 foi marcado pela volta do ensino 100% presencial, de modo que os alunos estavam ávidos por atividades que pudessem socializar com os demais e extravasar sua criatividade. Neste sentido, esse projeto foi de extrema importância para despertar no aluno o interesse pela pesquisa e exercer o protagonismo desde o início do Ensino Médio.

Os discentes tiveram a oportunidade de realizar pesquisas que muitas vezes só temos acesso quando entramos em um curso superior. Deixar a responsabilidade na escolha do tema, nas perguntas para as entrevistas, assim como escolha de qual melhor caminho para seguir nosso tema escolhido, foi no início desafiador para mim como professora, porém fui surpreendida positivamente com o engajamento dos alunos e a melhora do desempenho escolar e frequência.

Conseguir fazer a união do tema pesquisado com educação patrimonial foi o maior desafio para mim, uma vez que não encontrei referências de trabalhos anteriores e, ao pesquisar o patrimônio linguístico (Casal Jr., 2014), deparava-me prioritariamente com a relação de diversidade linguística dos povos indígenas ou a diversidade dos diferentes sotaques, gírias e expressões. O foco então foi o de trabalhar minha disciplina com o vocabulário nas traduções, a capacidade criativa dos alunos e o estímulo para que os alunos se tornem pesquisadores desde a educação básica e não somente ao entrarem no ensino superior, conforme estimulado pela professora orientadora do projeto. Trabalhamos o forró como “forma de expressão” conforme definido pelo IPHAN:

São as diferentes maneiras pelas quais uma comunidade demonstra e comunica sua cultura: música, dança, literatura, causos, pinturas, esculturas etc. Um mesmo bem cultural entendido como forma de expressão pode envolver várias dessas linguagens. Pode ser uma encenação típica que envolva música, dança e teatro. Um exemplo são as diferentes encenações com a figura do boi em todo o Brasil. Podem ter diferentes sentidos: religiosos, como uma folia de reis ou uma procissão. Podem comunicar protestos sociais, como o hip-hop; podem fazer parte dos períodos de trabalho, como os cantos de mutirão; e outras maneiras de comunicação, como os modos de falar: as línguas indígenas, dialetos, sotaques e termos típicos, como gírias. (Iphan, 2016, 60)

Conseguimos separar alunos nas áreas que eles mais se identificavam durante o desenvolvimento deste projeto, Alguns se encarregaram de atividades que exigiam maior conhecimento técnico como edição de vídeos como o aluno Gabriel Jerônimo que colocou um ritmo de forró na canção “Lonely” do cantor Akon, outros foram a campo realizar as entrevistas, outros fizeram a tabulação dos dados obtidos na pesquisa.

Durante o processo de comparar as respostas dos entrevistados, foi muito interessante observar respostas quase que unânimes como na pergunta “Você costuma escutar forró? Se sim, com qual frequência? Onde e em quais situações? A grande maioria das respostas foi “fazendo faxina” ou similares como “limpando a casa”. A escolha dos entrevistados se deu pelos próprios alunos, sem escolha de faixa etária ou profissão e, pela comodidade, a grande maioria foram parentes e/ou amigos dos alunos e por isso tivemos um grupo de entrevistados bem diverso como no gráfico de idade da pesquisa mostra a seguir:

As questões específicas voltadas para a língua inglesa, tivemos também um retorno parecido com que já conseguimos durante as aulas com os próprios alunos, a exemplo da pergunta: “Você conhece alguma canção/música de forró que tenha influência da língua inglesa? Se sim, qual?” Algumas respostas relataram a banda “Calcinha Preta”: “Hoje a noite/calcinha preta” ou “Algumas da banda calcinha preta seguem a mesma melodia” outras bandas foram citadas como “Aviões do Forró” ou “Barões da Pisadinha” e alguns não souberam responder. Ao serem perguntados sobre a importância do forró para a cidade de João Pessoa, palavras como cultura e representatividade foram muito usadas: “A cultura, aqui é o que mais se consome”, “Representa as raízes da nossa cidade”, “batismo das matrizes do gênero musical”, “Patrimônio Cultural” “Cultura, alegria”. A grande maioria dos entrevistados considera e concorda que o forró é um patrimônio da cidade.

Conseguimos trabalhar em equipe de forma que todos participassem e aprofundamos o relacionamento entre os alunos e professores. Como professora de escola pública, de alunos diversos e de diferentes contextos, trabalhar para além do conteúdo de sala de aula e ainda voltar o interesse pela pesquisa, por ser uma professora pesquisadora, foi extremamente prazeroso e enriquecedor e me fez querer seguir adiante uma vez que me vi numa área de pesquisa pouquíssimo explorada.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

CASAL JR., Marcello. A diversidade linguística como patrimônio cultural. *Ipea*, ano 10, ed. 80, 23 jun. 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=3053&Itemid=39. Acesso em 5 jan. 2023.

FREITAS, Cadu. Forró é declarado patrimônio imaterial brasileiro pelo Iphan. *G1 Ceará*, 9 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/12/09/forro-e-declarado-patrimonio-imaterial-brasileiro-pelo-iphan.ghtml>. Acesso em 6 jan. 2023.

IPHAN. *Instrução técnica da solicitação de registro das matrizes tradicionais do forró como patrimônio cultural brasileiro*. Brasília: Iphan, 2021.

IPHAN. *Educação Patrimonial: inventários participativos*. Programa Mais Educação. Brasília: Iphan, 2016.

Capítulo 7:

Parque Sólón de Lucena: um bem de encontro patrimonial dos pessoenses

Francisco de Assis Silveira de Souza

Neste capítulo queremos envolver os leitores sobre a importância da preservação patrimonial no enlace com nossos alunos em suas vivências, bem como a de populares que se beneficiam do Parque da Lagoa no sentido social, econômico e turístico. Ademais, intentamos registrar o testemunho de pessoas que experienciaram a evolução como patrimônio de tal bem público e, por fim, ressaltar a relevância de parcerias que fortalecem a preservação desse e de outros bens imateriais do acervo cultural e paisagístico de nossa cidade.

7.1 Introdução ao sentido patrimonial: a vivência como iniciativa

Ao ser apresentado e conhecer o *Programa Participa! Educação para o Patrimônio*, senti-me diretamente inserido ao contexto da proposta. Natural de Alhandra, zona da mata sul do município distante apenas 35 km da capital paraibana, sítio das minhas memórias, ao longo da minha jornada como graduado e exercendo a profissão de professor de geografia, até então, com

vinte e seis anos de experiência, cumpri neste percurso funções de caráter administrativo como gestor escolar e secretário municipal de educação. Desta forma, pude vivenciar e evidenciar dificuldades percebidas na sociedade, muitas vezes pouco sensível à memória material e imaterial do patrimônio cultural brasileiro.

Apesar de notarmos avanços nas políticas públicas patrimoniais nos últimos quinze anos, com a implantação de ações, mesmo que de forma tímida, destinadas à valorização cultural, também passamos por recentes retrocessos em escala nacional. Estes se relacionam, dentre outros aspectos, à quase hegemonia de uma visão monoteísta, na qual preferências e dogmas religiosos ameaçam extinguir a diversidade sociocultural do nosso país com uma exclusiva visão do que seria (ou deveria) ser considerado sagrado.

Minha experiência mais direta com o tema patrimonial, além da vivência como educador, inicia-se no ano de 2013, na oportunidade em que assumi o cargo de Secretário Adjunto de Educação do meu município berço, Alhandra. Cidade de forte sincretismo religioso, com parte de sua cultura marcada pelo cristianismo e pela umbanda, tem em seu acervo monumentos como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, padroeira da cidade fundada em 1740, além de terreiros de umbanda que expressam as heranças dos povos nativos e daqueles que foram escravizados.

Dessa experiência surgiu a minha participação no curso “Educação Patrimonial em Alhandra” no período de agosto a dezembro de 2013, que foi promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em parceria com a Elizabeth Cimentos S. A., a Prefeitura Municipal de Alhandra e o Bureau de Cultura. Consequentemente, deu origem ao livro “Referências

Culturais: Alhandra-PB” que teve a impressão de três mil exemplares que foram distribuídos às diversas instituições públicas e privadas do município, notoriamente aquelas dedicadas à educação.

Já em 2014, então como Secretário de Educação e tendo como colaboradores e parceiros o desenhista Jerônimo Júnior e o meu conterrâneo e professor de história Luiz Francisco Júnior, elaboramos um gibi contando as narrativas de origem do município como forma de homenagear o seu aniversário de 55 anos de emancipação e manter preservada a memória da nossa gente, sobretudo para o público mais jovem. Esse envolvimento foi um divisor de águas em minha trajetória profissional e que me fez enxergar o quanto é importante pesquisar, estudar, aprender, ensinar e registrar os valores que envolvem nossas heranças culturais e patrimoniais.

Preservar os bens culturais é essencial para a memória dos bens culturais, que se materializa na relação dos indivíduos e consolida, enquanto se converte, sentimentos de pertencimento, amor e respeito por algo que nasce em nós. É nesta prática de ensinar-aprendendo, envolvendo as pessoas, buscando os agentes diretamente envolvidos com a preservação do patrimônio, que despertamos para uma convivência contínua de respeito e conservação do sentimento identitário que indica o que somos. E isto se desdobra de certa forma por influência das histórias dos bens patrimoniais. Neste aspecto,

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (Unesco, 2003)

A cidade de Alhandra possui uma relação muito próxima a João Pessoa, estando integrada à região metropolitana e de forma a compartilhar alguns aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais com a capital. Por estarem na mesma microrregião dos acontecimentos passados, possuem monumentos, tradições e desenvolvem processos de ocupação territorial semelhantes e também influenciados por sua relação de conurbação urbana.

Estes aspectos e as experiências na prática educativa e profissional contribuíram para a construção das ações que culminaram na minha predisposição em participar deste relevante Programa de reconhecimento e incentivo a preservação dos bens culturais no que se refere aos patrimônios imateriais da capital João Pessoa. Assim sendo, os municípios de Alhandra e João Pessoa possuem uma relação cultural, política e econômica bastante estreita, ressaltando que a capital exerce uma influência significativa sobre o desenvolvimento e as oportunidades oferecidas ao município vizinho.

É importante destacar que não era uma prática comum às aulas de geografia se ater às questões patrimoniais e culturais. Contudo, essa visão influenciada pela história, arquitetura e pela antropologia, abriram um caminho teórico e investigativo necessário para se incorporar uma contribuição da ciência geográfica na preservação desses bens, que vai além da demonstração desses objetos localizados no espaço geográfico natural e antrópico.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o patrimônio imaterial é tratado como uma das áreas de conhecimento da disciplina de geografia. A BNCC destaca a importância da preservação do patrimônio imaterial como uma forma de manter viva as tradições e a

identidade cultural de uma região, além de ser um relevante recurso para o desenvolvimento econômico e turístico.

A inclusão do patrimônio imaterial como objeto de estudo da geografia teve início especialmente a partir da década de 1980, com a publicação de importantes trabalhos de geógrafos como Paul Claval (2007). Por outro lado, destacando a importância do patrimônio imaterial e de sua relação com a identidade cultural de uma região e propondo a sua incorporação como objeto de estudo da geografia, Anne-Marie Christin Boudou em seu livro “Geografia Cultural” (2011) trouxe discussões sobre o patrimônio imaterial e a construção da identidade cultural de uma região, de forma a contribuir para a compreensão da importância da relação entre identidade, patrimônio e territorialidade.

Por outro lado, destacam-se mudanças proporcionadas pela BNCC que têm sido aprimoradas pelos entes federativos, em especial o Estado da Paraíba, por meio da incorporação de projetos educacionais especiais a exemplo da Escola Técnica Estadual de Arte, Tecnologia e Economia Criativa Poeta Juca Pontes e do Centro Educacional de Inovação e Tecnológica (Inotech). Nestes casos, a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de práticas educativas por meio de projetos, inclusive sobre a temática patrimonial, têm demonstrado resultados muito satisfatórios, a exemplo da parceria consolidada entre o Departamento de História da UFPB, tendo como coordenadora a Professora Luana Campos Akinruli.

Essas iniciativas também estão sintonizadas com as diretrizes desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT) que, entre suas atribuições e objetivos, trata de estimular a interação entre parceiros mútuos, incluindo a administração de escolas estaduais, a formação de professores e a

implementação de programas de inovação tecnológica nas escolas por meio da realização de diversos projetos de desenvolvimento da educação paraibana, entre eles:

- Projeto Mais Educação: programa destinado a ampliação do acesso à educação, de forma a oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de escolas estaduais.
- Programa de Inovação Tecnológica na Educação: visa integrar a tecnologia ao processo de ensino-aprendizagem nas escolas estaduais.
- Formação Continuada de Professores: programa que oferece capacitação aos professores da rede estadual, no intuito de aprimorar suas habilidades pedagógicas e tecnológicas.
- Escolas Empreendedoras: projeto que estimula a cultura empreendedora entre os estudantes da rede estadual, através de oficinas e palestras.
- Semana Nacional de Ciência e Tecnologia: realiza a demonstração de projetos no campo da astronomia, computação, matemática e outras áreas do conhecimento e da inovação.
- Programa Ouse Criar: voltado para o empreendedorismo e inovação, relaciona-se ao Parque Tecnológico Horizontes de Inovação de João Pessoa.
- Programe-se: incentivo a inclusão de meninas em clubes de programação dentro das escolas estaduais.
- Programa Conexão Mundo; destinado ao intercâmbio internacional de estudantes secundaristas.
- Se Liga no Enem: tem o objetivo de proporcionar espaço para revisões, práticas laboratoriais, oficinas, atividades culturais

e trocas de experiências para os alunos se preparem para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Diante das várias oportunidades de desenvolvimento e colaboração nas iniciativas no quadro educacional do Estado da Paraíba, insere-se essa importante parceria, entre a UFPB e o Inotech que, entre outras janelas de oportunidades aos nossos jovens estudantes, proporcionou também a possibilidade de conhecermos, pesquisarmos e registrarmos a importância da valorização dos nossos bens imateriais, como é o Parque Sólon de Lucena, popularmente conhecido como a Lagoa. Este foi o tema escolhido pelos alunos da 1ª série do Ensino Médio integrado ao Técnico, relacionado à categoria “lugares” do patrimônio imaterial.

7.2 O patrimônio é uma concepção possível

O Centro Educacional de Inovação e Tecnológica (Inotech) foi criado e institucionalizado pelo decreto governamental de 9 de abril de 2021. Seguindo o itinerário formativo do Ensino Médio, a escola possui atualmente duas turmas: uma de 1ª Série do Ensino Médio, na modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e outra de 2ª série também na modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com 15 e 17 estudantes matriculados em cada turma, respectivamente. Os estudantes que atualmente estão vinculados ao Inotech são oriundos tanto da rede pública quanto privada, cujo perfil é mais direcionado para o desenvolvimento de habilidades e competências específicas nas áreas de Computação, Informática e TI.

O modelo desponta entre os projetos especiais do sistema educacional, desenvolvido pelo estado da Paraíba, se fundamenta no modelo de educação do novo ensino médio, com característica adaptadas a nossa realidade socioeconômica e cultural que oferece à comunidade escolar a oportunidade de desenvolver competências e habilidades nas áreas de tecnologia e inovação, visando a inserção em carreiras do futuro do mercado de trabalho. O ensino consiste a partir de um modelo pedagógico que estrutura o currículo nas demandas do setor produtivo da área da tecnologia para que a educação profissional qualifique uma força de trabalho que esteja em sintonia com o mundo no qual essa força atuará, sem contudo, deixar em segundo plano os laços sócio culturais do nosso povo, nas mais diversas ciências, da base nacional comum, com destaque neste programa, as ciências humanas e sociais aplicadas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia).

Nesse contexto, o *Programa Participa: educação para o patrimônio!*, teve relevante contribuição, pois encaixou-se como uma célula da proposta educacional, que versa sobre as parcerias, que trouxe o PPGH - UFPB, sob a coordenação da Profa. Dra. Luana Carla Martins Campos Akinruli, para o chão da escola, o programa em tela, à nossa instituição de ensino, e também intercâmbio com outras escolas a exemplo da ECI - Antônio Rangel, do bairro do Cristo Redentor, para essa jornada importantíssimo de resgate e avivamento de patrimônios imateriais da nossa cidade - João Pessoa, capital do nosso amado Estado da Paraíba.

Na atmosfera das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, áreas do conhecimento alinhadas com o "Programa Participa - Educação para o Patrimônio: Inventários Participativos no Centro Histórico de

João Pessoa/PB”, a relação entre a Geografia, a História, a Filosofia e a Sociologia, houve uma troca de conhecimento que através das experiências vividas por nossos alunos no estudo e pesquisa do patrimônio em nossa cidade um sentimento notado entre eles de anseios em conhecer mais sobre sua cidade, e assim manter o célebre sentimento de memórias tanto passadas como presentes do que esses objetos significam para cada um deles, suas histórias e como identidade de um lugar.

No proveito desses sentimentos, fez surgir por suas escolhas, após apresentações, palestras, aulas temáticas, oficinas, visitas, o que eles mais gostariam de explorar a fundo, e assim, contribuir com o programa, e sobretudo na preservação desses elementos paisagísticos culturais de sua cidade,

Assim, os alunos elencaram os trabalhos com o barro, onde puderam trabalhar com argila, e criar objetos representativos da nossa cultura, visitaram feiras livres, em um notável trabalho sob a orientação do Professor Rubens Guimarães (Filosofia), desenvolvido na turma da 2ª Série do Ensino Médio. Um outro elemento escolhido foi o algodão colorido, exclusivo produto natural do nosso Estado, em que os alunos conheceram sua importância histórica, socioeconômica e cultural, interagindo com artesãs, confeccionando lindas bonecas de pano, essa tutoria foi coordenada pela professora Rosiane Ferreira da Silva (História e Sociologia) na turma da 1ª Série do Ensino Médio da Escola de Arte, e por fim tivemos coordenado pelo professor Assis Souza (Geografia), o patrimônio Parque Sólon de Lucena, popularmente conhecido por “A lagoa”, em que nossos alunos puderam, interagir com seus frequentadores e os elementos contido nele diversas experiências vividas, por meio de

entrevistas, fotografias, filmagens, que embasaram a importância desse importante patrimônio para o povo de João Pessoa/PB, a se conhecer neste instrumento construído entre parceiros, estudantes e professores.

É preciso ressaltar que o tema lugar, escolha dos alunos envolvidos na pesquisa, é entendido pela Geografia em termos afetivos, é o espaço onde a vivência acontece, onde construímos e sentimos nossos prazeres, nossas tragédias, nossas lembranças, nossos sentimentos de pertencimento, o início de nossas histórias e as histórias dos diversos indivíduos que por ali viveram. Para a Geografia o lugar significa uma porção, um pedacinho do espaço geográfico repleto de significado, simbologia resultante das relações humanas, e como traduz polissemia, possui diversos significados ou sentidos.

7.3 Lugares: uma categoria patrimonial consensual

Como ponto de partida, por meio do departamento de História da UFPB, a convite da professora Luana Campos, dirigido ao Inotech e à Escola Técnica de Artes à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, compostas pelos professores já mencionados neste artigo, onde para contribuir com pesquisa acadêmica “Programa Participa - Educação para o Patrimônio: Inventários Participativos no Centro Histórico de João Pessoa/PB”, sobre estudos visando a preservação do patrimônio material e imaterial da cidade de João Pessoa-PB, terceira capital mais antiga do Brasil, com sua origem em 1585, representados por seus monumentos arquitetônicos e paisagístico históricos, em meio a resquícios da Mata Atlântica, que a faz ser reconhecida como uma das cidades mais verdes do mundo.

Entusiasmados com a iniciativa, não exitamos em aceitar tão relevante convite acadêmico, foi nas formações iniciada no segundo semestre de 2022, seguindo um calendário onde nos encontros, realizados no campus da UFPB, recebíamos, discutimos as orientações encaminhadas pela coordenação do programa, que além da nossa escola envolvia também a ECI - Antônia Rangel, do bairro do Cristo Redentor. Nestes encontros tivemos ensinamento sobre como é na atualidade, os conceitos e concepções em que se dá do entendimento sobre o que vem a ser patrimônio material e imaterial, que não se restringe apenas a monumentos ou qualquer outra forma de instrumentos fixos, antigos ou expositivos de galerias itinerantes ou não, e sim abrange o que está além do visível, do tocável, transcende também para o abstrato, não apenas entre limites fronteiriços, mas também de forma global.

Dentro do que direcionamos em sala de aula sobre espaço geográfico, nos conceitos de paisagem, territorialidade, fronteiras e lugares, procura-se no aluno um conhecimento de distinção desses termos para alcançar suas noções em diferentes escalas de hierarquias e poder tanto em aspectos naturais quanto humanos, e nessa distinção está o homem que constroem esses espaços dando sentido e construindo suas experiências, que os remetem a preservar aquilo que seus antepassados construíram, e constituem símbolos para seu reconhecimento como ser pertencente a uma história, uma construção pessoal, dotado de sentimentos que só é possível com sua preservação, que representa valores que contribuem para sua formação como indivíduo comprometido com os elementos presentes no lugar que ele se fixa, por diversas razões, vínculo criados

por agentes naturais e humanos, próximos ou desconhecidos no espaço mais próximo, o lugar.

Continuamente, seguindo os nossos encontros de formação, as datas e os cronogramas estabelecidos, passamos a realizar palestras, oficinas, entrevistas, aulas de campo, inclusive como ponto de inclusão em nossos planos de aula, a temática em questão sobre o patrimônio da cidade de João Pessoa-PB, para a construção de inventários participativos no Centro Histórico de João Pessoa/PB, para um produto literário final, incluso no “Programa Participa - Educação para o Patrimônio.

Assim, em execução, após sentirmos o entusiasmo das turmas envolvidas, ao absorverem mais profundamente sobre cultura patrimônio imaterial, passamos a dar aos alunos as opções que mais os identificassem em um elenco de categorias, sendo elas: Lugares, objetos, celebrações, formas de expressão, saberes, todas conceituadas e trabalhadas no universo cognitivo dos alunos por meio das atividades proporcionadas a eles. Então, em específico, a atribuição da minha responsabilidade para trabalhar na construção desse inventário, os alunos elegeram, por meio de um formulário de pesquisa no *Google Forms*, o tema lugares, sendo o Parque Sólón de Lucena, “Parque Lagoa”, citado por 87% dos alunos da turma da 1ª série de Ensino Médio.

Figura 1 – Vista aérea com Parque Solon de Lucena em segundo plano.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 2 – Vista aérea com Parque Solon de Lucena ao fundo.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 3 – Vista aérea com Parque Solon de Lucena ao fundo.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 4 – Vista aérea com destaque para o Parque Solon de Lucena.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 5 – Parque Solon de Lucena ao fundo visto a partir da Av. Padre Meira.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 6 – O monumento “A Pedra do Reino” no Parque Solon de Lucena.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Figura 7 – Detalhe do monumento do arista Miguel dos Santos no Parque Solon de Lucena.



Fotografia digital: Luana Campos Akinruli, 2022.

Podemos destacar vários aspectos que motivaram a maioria dos alunos a escolher o Parque Sólon de Lucena, que ao longo de seus 96 anos (1926), inaugurado durante a gestão do Prefeito Sólon de Lucena (1924/1928 e 1936/1945), averba um acervo de acontecimentos históricos, sentimentais, econômicos, políticos, sociais e culturais que o faz uma importante referência turística do nosso Estado e um notável cartão postal da cidade de João Pessoa, e principal rota de encontro da população pessoense, pois possui em seus contornos urbanísticos e arquitetônicos as vias de acesso que encaminham seus moradores, exercitantes das mais variadas atividades a caminho de suas moradas e atividades funcionais, que faz de cada indivíduo autores do seu enredo. Portanto, além da proximidade com a escola, o patrimônio escolhido representa uma identidade muito próxima dos alunos com suas famílias, que remete a lembranças diversas, que cria laços sentimentais, que levam a boas lembranças, que consolida os valores de pertencimento, que abre as condições de fortalecer o dever intrínseco de preservar por meio do aprofundamento teórico, a visualização prática e o sentido afetivo individual deles.

Desta forma, o parque Sólon de Lucena, além de ser um patrimônio histórico e cultural da cidade de João Pessoa, se apresenta também como um espaço de mapeamento cultural e do conhecimento do território por ser um lugar de encontro das mais variadas classes sociais e pelas expressões culturais que lá acontecem.

Por meio dos recursos didáticos de pesquisas, entrevistas, fotografias, áudio e vídeo, nossos alunos puderam se utilizar de recursos na identificação e representatividade patrimonial do parque Sólon de Lucena. Antes da pesquisa de campo nossos alunos

participaram de uma oficina, propiciada pela professora Luana Campos - UFPB, coordenadora do programa em que aprenderam técnicas de fotografia, os limites na obtenção de imagens de pessoas e direitos autorais, que serviram tanto para aprender como produzir boas imagens, quanto despertar o interesse dos alunos que almejam o sonho de ser fotógrafos profissionais.

Na pesquisa de campo realizada em 13/09/2022, foram produzidas 82 fotografias, 1'16" h de vídeo, 23 transcrições de entrevistas e 08 cadernos de campo. Alguns dos entrevistados não aceitaram expor seus nomes completos, durante a aplicação da pesquisa de campo realizada no parque, as linhas de pensamento consideradas de mesmo teor narrativo foram compilados de forma linear na coleta dos dados e informações que versarão sobre conhecer a idade dos frequentadores, suas profissões, a frequência de relação com o parque, o que costumava fazer lá, se houve alterações nos últimos tempos nele, o que mais gostava do parque, de que forma o parque poderia melhorar mais, o que ele representa para a cidade de João Pessoa, se eles consideravam o parque um patrimônio, e qual seria a representação do parque em uma palavra.

Com as declarações dos frequentadores e usuários, os alunos constataram que o parque Sólon de Lucena, se confirma como um patrimônio imaterial cultural e paisagístico, por ser um bem público para a população e visitantes, sobretudo da cidade de João Pessoa, pois em suas respostas a pesquisa evidencia ser um espaço frequentado por pessoas de diferentes faixas etárias e das mais diferentes profissões, que conforme suas relações com a capital paraibana, trazem sensações e observações distintas, vão do prazer em se relacionarem socialmente e profissionalmente, à satisfação de

estarem contemplando e usufruindo de um espaço que apresenta aspectos da fauna e da flora, com espécies da Mata Atlântica presentes no local, em plena área urbana.

Os alunos, constataram ainda, que houve uma reforma significativa, inaugurada em 2016, fruto de programas de aceleração do crescimento (PAC), promovidos por governantes federal e municipal, que ampliou e potencializou o parque dando mais conforto, qualidade de vida e funcionalidade ao bem, como o reordenamento do trânsito no seu entorno, reestruturação e instalação novos de equipamentos como praça de alimentação, equipamentos esportivos para a prática de exercícios, ciclovias, brinquedos, área de eventos, mais zelo e segurança, apesar dessa último ser citada como ainda, uma preocupação, por alguns entrevistados, monumentos como esculturas representando a obra “A pedra do Reino”, do paraibano Ariano Suassuna (1927/2014), tudo isso distribuídos nos 15 hectares do parque, dividido em 12 praças praças. Assim, expressões como “maravilhoso”, “liberdade”, “diversão”, “paz”, “acolhedor”, “belo, lindo”, “esportivo”, foram citadas com mais frequência pelos entrevistados no parque, quando foram instigados definir com uma palavra, o que o parque representaria para eles.

7.4 Memória e colaboração ao patrimônio

Em entrevista, realizada pelas alunas Eduarda Jennifer e Izabelly Lima, da 1ª série do Ensino Médio do Inotech, participantes do programa, colaborando com nossa pesquisa, foi entrevistado o Professor Klebber Maux Dias, de Física, Lógica e Filosofia, que trouxe um pouco da sua vivência, de suas memórias, em sua chegada a

nossa capital João Pessoa, em 1983, para estudar Física, e desde então apaixonado por cultura, colabora com o crescimento e a preservação do patrimônio de nossa cidade.

Foi a partir dos anos de 1983, quando veio morar em João Pessoa e cursar física pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e residia no Edifício 18 Andares, que fica no centro, próximo do Parque Sólon de Lucena. Naquela época tinha 17 anos, ele lembra que existiam atividades de recitais de poesia e peças de teatro no Grupo Escolar Mirandello, que fica ao lado do edifício que ele morou, e dentro desse Grupo ainda existe o Teatro Cilaio Ribeiro. Em outro, bem próximo, assistia apresentações culturais no Teatro Santa Rosa, dentre essas, tinham concertos de câmara, recitais e tantos outros. Também contou, que aconteciam eventos na Bica, onde é atualmente o Parque Zoobotânico Arruda Câmara (Bica) da cidade de João Pessoa. A festa tradicional se dava durante as celebrações da padroeira de João Pessoa que é Nossa Senhora das Neves, no entorno da “Lagoa”, ou seja, no Parque Sólon de Lucena. Observou também, que existia a participação de todas as classes sociais nesses eventos, alguns grupos se apresentavam de acordo com suas tradições folclóricas (lapinha, danças de coco, cavalo-marinho e outros), e religiosas. Todas intensificando seu regionalismo e pertencimento. Ele afirmou que foram essas atividades que despertaram nele a importância da cultura enquanto comportamento social e o seu respeito às tradições afetivas.

O que muito lhe despertava o gosto pela erudição, era visitar a Academia Paraibana de Letras do nosso estado, lá, teve acesso aos livros dos escritores e poetas de muitas épocas. Falou de forma intensa, no seu imaginário afetivo, suas idas aos mosteiros de São

Francisco e de São Bento com o objetivo de estudar as disciplinas dos meus cursos de Física e de Filosofia, e isso se deu de 1985 a 1991. Aquele ambiente - do Centro Histórico - o ajudava a conhecer a arte da arquitetura de várias épocas da humanidade que se encontram nas construções arquitetônicas de nossa lindíssima cidade, e isso despertava nele a necessidade de sempre comprar livros - na livraria do senhor Luiz - sobre os estilos da arquitetura, e outros para suas disciplinas de Física e de Filosofia, indicados por seus professores.

Atualmente, o professor Kleber apresenta um programa sobre música erudita na rádio tabajara, que é oficial do estado da Paraíba. O programa é transmitido por ele desde 2015 até então, e tem recebido vários prêmios, inclusive um com portaria do Governo Federal, ele também é um colaborador do jornal oficial do estado da Paraíba A UNIÃO. Sua coluna, conhecida como “Estética e Existência”, é editada todos os domingos, na página (10) de cultura. Ele reconhece que toda aquela vivência na cultura encontrada no Centro Histórico, desde 1983, influenciaram na sua percepção e sensibilidade quando comenta sobre a Filosofia da Arte, Estética, Filosofia e Ciência Política, Filosofia da Música e tantos outros temas. Suas atividades são uma forma de manter a gratidão pela beleza do sentido de existir que ele construiu no pertencimento da cultura da sua cidade.

Sua contribuição, através dessas duas atividades acima citadas, é fazer sensibilizar o poder político e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) a preservar e revitalizar o Centro Histórico de forma mais criativa no empreendedorismo social, com a participação nas atividades culturais dos jovens das escolas em torno do Parque Sólon de Lucena e do Centro Histórico, de modo que frequentem e participem de programações culturais

como construção de identidades de pertencimento e de preservação da memória afetiva da beleza da espontaneidade do povo, que se manifesta por meio do folclore, e em todas as manifestações de cultura. O professor Kleber acredita e tem certeza que tudo isso é uma construção ao bem-estar social, da felicidade, e do sentido estético de existência como direito a todos cidadãos.

Como se viu nas memórias e experimento do professor Kleber, a cultura está intrínseca em nós, se manifestando por meio de nossa sensibilidade em perceber que nossa existência e nossas conquistas inclusive, envolve os bens culturais materiais e imateriais, que contam parte da nossa história e também de outros indivíduos, portanto a necessidade de preservação.

7.5 Vivências, práticas e envolvimento com o patrimônio em diferentes olhares

Os caminhos percorridos até aqui, deixaram nos professores, no corpo pedagógico e administrativo da ETE - Escola Técnica Estadual de Arte, Tecnologia e Economia Criativa e o Inotech e na comunidade escolar, sobretudo em nossos jovens envolvidos no programa, a experiência e o aprendizados inédito em suas vidas de conhecer e saber identificar o que vem a ser um patrimônio, que com a parceria do departamento de História da UFPB, por meio da professora Doutora Luana Campos, se notabilizaram os trabalhos visando a apresentação de suas produções, nas três categorias trabalhadas por nossa escola na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em que coube à Geografia, trabalhar os aspectos da categoria “Lugar” contextualizar os estudos acerca do Parque Sólon de Lucena, na área

central da cidade de João Pessoa, patrimônio histórico e cultural do Estado da Paraíba e de sua capital João Pessoa.

De posse dos elementos fruto das ações, após a fase das aulas de campo, palestras, oficinas, produção de texto, visitas, entrevistas, passamos a expor, sob o protagonismo dos alunos, por meio da culminância das ações produzidas nesse período. Portanto, com nossa contribuição, a equipe responsável pela categoria Lugares, os alunos produziram, além das já descritas neste artigo, um maravilhoso cordel coletivo - que incluiremos ao fim deste parágrafo - se atribuiu aos alunos descreverem em verso e prosa o que neles representa e representou o parque Sólon de Lucena de acordo com o que vivenciaram no contato com o bem patrimonial, suas experiências em família e pessoais e as pessoas que entrevistaram. Apresentaram um histórico de surgimento do parque, elaboraram um mural de fotografias da paisagem produzidas por eles, entre outros aspectos representativos do parque como as atividades econômicas, de lazer e esporte, cultura, da população, visitantes e turistas que embasaram o aprofundamento no tema e suas variáveis socioemocionais como cidadãos.

“O patrimônio imaterial é um conjunto de saberes, tradições, expressões, formas de vida e celebrações que são transmitidas de geração em geração e que, por sua importância cultural, devem ser preservadas e valorizadas.” (UNESCO, 2003)

Para preservar o patrimônio imaterial, requer o envolvimento de várias estratégias, e assim preservar e transmitir os bens culturais de um povo, dessa forma ao produto que antecede a formulação de uma obra científica, aqui resultante, fruto do “Programa Participe - Educação para o Patrimônio: Inventários Participativos no Centro

Histórico de João Pessoa/PB”, de colaboração a preservação de bens imateriais, especificamente o parque Sólon de Lucena, parque da Lagoa, recorreremos a exposição de documentos e objetos, como, fotografias, poesias, relatos, artesanato, que contam a história de um lugar e a comunidade envolvida, elaboramos palestras e oficinas que nos auxiliou a transmitir os saberes e as tradições do lugar pesquisado.

Referências

AMORÓS, Celia. Patrimônio cultural e desenvolvimento local: um diálogo entre geografia e antropologia. *Revista Geográfica*, v. 38, n. 1, p. 23-34, 2009.

BOUDOU, Christin Anne-Marie. *Geografia Cultural*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; GOMES, Paulo Sérgio (eds.). *Região Metropolitana de João Pessoa: dinâmica territorial e impactos socioeconômicos*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: EDUFSC, 2007.

FIGUEIREDO, Lauro César. Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 17, n. 1, p. 55-70, jan./abr. 2013.

GUIAMAPA.COM. Parque Sólon de Lucena. Disponível em: <https://guiamapa.com/pb/joao-pessoa/centro/parque-solon-de-lucena>. Acesso em 18 jan. 2023.

IPHAN. Superintendência do Iphan na Paraíba. *Referências Culturais: Alhandra – Paraíba*. João Pessoa: Iphan, 2013.

PATRIMÔNIO IMATERIAL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em 18 jan. 2023.

PINHEIRO, Robinson Santos. O patrimônio imaterial como objeto de estudo da geografia: uma revisão da literatura. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 12, n. 1, p. 91-103, 2011.

SILVA, Andréa Ferreira da; ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. João Pessoa: uma cidade em transformação. Mimeo, 2010.

SILVA, R. A importância do projeto Mais Educação para a educação na Paraíba. *Revista de Educação e Desenvolvimento*, João Pessoa, v. 15, n. 3, p. 256-263, 2020.

SMITH, Laurajane. *Patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. A inovação tecnológica na educação na Paraíba: uma avaliação do programa da SEECT-PB. *Revista de Tecnologia e Inovação na Educação*, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 124-131, 2019.

UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial*. Paris: Unesco, 2003.

Sobre os/as autores/as

Ângelo Emílio da Silva Pessoa

Graduado em História (UEPB); doutor em História Social (USP). É professor do Departamento de História (UEPB), do Programa de Pós-graduação em História (PPGH/UEPB) e do ProfHistória (UEPB). É líder do Grupo de Pesquisa Saberes Históricos: Ensino de História, Historiografia e Patrimônios (UEPB). Em 2023, recebeu a Medalha ANPUH (biênio 2021-23) que homenageia historiadores e historiadoras que se destacaram pela atuação pública em defesa da História.

Daviana Granjeiro da Silva

Graduada em História (UEPB); especialista em Fundamentos da Educação (UEPB); especialista em Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens Adultos (IFRN); mestra em História (UEPB). É professora de História da rede estadual de ensino da Paraíba. Integra o Grupo de Pesquisa Dimensões do Regime Vargas (UERJ).

Elizabeth Nascimento de Lima

Graduada em Letras – Língua Portuguesa (UFRN); especialista em Leitura e Produção de Textos (UFRN); especialista em Literatura e Ensino (IFRN); mestra em Estudos da Linguagem (UFRN). É professora de Português da Rede de Ensino Estadual da Paraíba.

Francisco de Assis Silveira de Souza

Graduado em Geografia (UFPB); especialista em Ciências Ambientais (CINTEP). É professor de Geografia da Rede de Ensino Estadual da Paraíba.

Lidianne de Albuquerque Veiga

Graduada em Letras – Língua Inglesa (UNICSUL) e bacharel em Turismo (UFPB). É professora de Língua Inglesa da Rede de Ensino Estadual da Paraíba.

Luana Carla Martins Campos Akinruli

Graduada em História (UFMG) e em Pedagogia (UEMG); mestra em História Social da Cultura (UFMG); Doutora em Antropologia/Arqueologia (UFMG). Possui pós-doutorado em História (UFMG e UFPB). Vencedora do Grande Prêmio UFMG de Teses no grupo Grandes Áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes (2019) e da Melhor Tese do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFMG (2019). É professora adjunta do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Na mesma instituição é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/ECI/UFMG)

Priscilla Gontijo Leite

Graduada em História (UFMG); mestra em História (UFMG); doutora em Mundo Antigo (Universidade de Coimbra). É professora do Departamento de História (UFPB), do Programa de Pós-graduação em História (PPGH/UFPB) e do ProfHistória (UFPB). É vice-líder do Grupo de Estudos de Retórica e Oratória Antiga (Rhetor/UnB) e do Grupo de Pesquisa Humanizarte (UFPB). Também participa do Grupo de Pesquisa: Democracia: discursos gregos, desafios atuais (USP).

Rosiane Ferreira da Silva

Graduada em História (UEPB); mestra em História (UFPB). É professora de História e Sociologia da rede estadual de ensino da Paraíba. Em 2022, recebeu o prêmio Mestres da Educação da Secretaria de Estado da Educação do Estado da Paraíba.

Surya Aaronovich Pombo de Barros

Graduada em História (USP); mestra em História e Historiografia da Educação (USP); doutora em Educação (USP). É professora no Centro de Educação (UFPB), do Programa de Pós-graduação em História (PPGH/UFPB) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPB). É integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO/UFPB) e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE/USP).



Título PROGRAMA PARTICIPA!
Educação para o Patrimônio

Organizadores Luana Carla Martins Campos Akinruli
Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Surya Aaronovich Pombo de Barros
Priscilla Gontijo Leite

Imagem da capa Luana Carla Martins Campos Akinruli

Diagramação Emano Luna

Formato e-book (PDF – 16x22 cm)

Tipografia Myriad Pro

Número de páginas 152